



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JÉSSICA KAMMLER

**AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE A IGREJA ROMANA E O IMPÉRIO
CAROLÍNGIO: A DOAÇÃO DE CONSTANTINO.**

CHAPECÓ

2017

JÉSSICA KAMMLER

**AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE A IGREJA ROMANA E O IMPÉRIO
CAROLÍNGIO: A DOAÇÃO DE CONSTANTINO.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciado em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul, Campus Chapecó.

Orientador: Prof. Dr. Renato Viana Boy.

CHAPECÓ

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Kammler, Jéssica

As relações de poder entre Igreja Romana e Império Carolíngio: a Doação de Constantino. / Jéssica Kammler.
-- 2017.

60 f.:il.

Orientador: Renato Viana boy.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
licenciatura em história , Chapecó, SC, 2017.

1. Império Carolíngio. 2. Igreja Romana. 3. Poder. I.
boy, Renato Viana, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

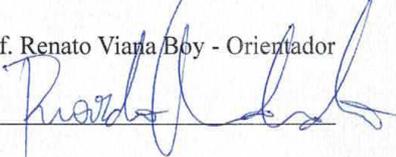
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às dez horas nas dependências do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História constituída pelos professores: **Prof. Renato Viana Boy (Orientador)**, **Prof. Ricardo Machado (Avaliador)** e **Prof. Délcio Marquetti (Avaliador)**. O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História - Licenciatura – elaborado pela acadêmica **Jéssica Kammler** sob o título: *"As relações de poder entre a Igreja Romana e o Império Carolíngio: a Doação de Constantino"*, obteve a média final 8,5 sendo considerado aprovado.

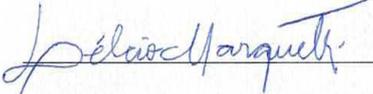
Chapecó - SC, 07 de dezembro 2017.



Prof. Renato Viana Boy - Orientador



Prof. Ricardo Machado – Avaliador 1



Prof. Délcio Marquetti - Avaliador 2

Para Noelí e Gilmar, meus pais, e meu irmão
Gabriel.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que contribuíram de forma valorosa em minha trajetória acadêmica. Agradeço primeiramente aos meus pais Noelí e Gilmar, meus exemplos de vida, por todo o incentivo e dedicação, pelo amor incondicional e por estarem comigo em todos os momentos, mesmo na distância. Ainda, agradeço ao meu irmão Gabriel, por todos os momentos de diversão, por seu carinho e amizade. Também agradeço ao meu namorado Fredison, pelos momentos que passamos juntos, pela paciência, compreensão e companheirismo em todos estes anos e, principalmente, nos últimos meses. Agradeço também à Eni Maria Ranzan, por todo o incentivo e afeto, e por ser uma inspiração. À toda a minha família, meu muito obrigada!

Ao professor Renato Viana Boy, que muito contribuiu em minha formação acadêmica, a minha mais sincera gratidão. Sem o seu auxílio e dedicação, esta pesquisa não seria possível. Agradeço ainda aos professores avaliadores Délcio Marquetti e Ricardo Machado e a todos os professores que tive durante o curso de Licenciatura em História, cada um, à sua maneira, teve sua contribuição em meu processo de aprendizado.

Aos amigos que fiz durante esta caminhada, em especial à Ana Maria de Oliveira, Maristela Oliveira Freitas e Gabriele Alana Jochem, por sua amizade, por todos os momentos de alegria que compartilhamos, pelas vitórias que celebramos, pelas pequenas coisas, por se fazerem presentes mesmo na distância e darem real significado à palavra amizade. Obrigada por todo o apoio.

Ainda, gostaria de agradecer à Universidade Federal da Fronteira Sul por viabilizar esta pesquisa e minha trajetória acadêmica e a todos que dela fizeram parte. Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as relações de poder entre a Igreja Romana e o Império Carolíngio. Para tanto, utilizaremos como fonte de pesquisa o documento conhecido como *A Doação de Constantino*. Este documento consiste em um suposto decreto imperial do século IV, cujo conteúdo remete ao reconhecimento da existência de um só Deus e de uma só Igreja, vindo por parte de Constantino (imperador do Império Romano entre os anos de 306 a 337), e também de sua suposta cura da lepra por intermédio do papa Silvestre quando este realizou, de acordo com o documento, o batismo do imperador Constantino. Neste mesmo documento, Constantino teria feito uma suposta doação de terras pertencentes ao Império Romano à Igreja Romana, que deveriam ser administradas pelo papa Silvestre e posteriormente, por seus sucessores. Estas terras corresponderiam às regiões da Antioquia, de Alexandria, de Jerusalém e de Constantinopla. Nossa fonte de pesquisa foi escrita originalmente em latim, porém, para a realização deste trabalho usaremos uma tradução do documento na língua inglesa disponibilizada no site do projeto organizado por Paul Halsall *Internet History Sourcebooks Project*, da Fordham University de Nova Iorque.

Palavras-chave: Império Carolíngio. Igreja Romana. Poder.

ABSTRACT

This work has for objective to analyze power relations between the Roman Church and the Carolingian Empire. To do so, we will use as a source of research the document known as *The Donation of Constantine*. This document consists of a 4th century imperial decree, which refers to the recognition of the existence of a God and only one Church, coming by Constantine (emperor of the Roman Empire between the years 306 to 337), and also of your alleged cure of leprosy through pope Sylvester when this took place, according to the document, the baptism of the emperor Constantine. In this same document, Constantine would have made an alleged donation of lands belonging to the Roman Empire to the Roman Church, that should be managed by pope Sylvester and later by his successors. These lands would correspond to regions of Antioch, Alexandria, Jerusalem and Constantinople. Our research was written originally in Latin, however, to carry out this work we use a translation of the document in the English language made available on the website of the project organized by Paul Halsall *Internet History Sourcebooks Project*, by Fordham University of New York.

Keywords: Carolingian Empire. The Roman Church. Power.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 A ASCENSÃO DOS FRANCOS: RELAÇÕES ENTRE IGREJA E IMPÉRIO	8
2.1 O GOVERNO DE CLÓVIS (466-511)	9
2.2 A ASCENSÃO DOS CAROLÍNGIOS: PEPINO, O BREVE (714-768)	11
2.3 COMPREENDENDO CONCEITOS: NOÇÕES DE PODER E POLÍTICA	13
3 A NARRATIVA CONSTRUÍDA NO DOCUMENTO DA <i>DOAÇÃO DE CONSTANTINO</i>	16
3.1 CONSTANTINO, O GRANDE (288-337)	16
3.2 ANALISANDO A FONTE	20
4 VERDADE E FALSIDADE: NOÇÕES HISTORIOGRÁFICAS NO TRATO COM A FONTE	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6 FONTE	40
7 REFERÊNCIAS	40
ANEXO A – AVANÇO DOS POVOS ALÉM-FRONTEIRA	42
ANEXO B – DIVISÃO DO IMPÉRIO ROMANO SÉCULO IV	43
ANEXO C - REINOS GERMÂNICOS SÉCULO V	44
ANEXO D- VERSÃO INGLESA DO DOCUMENTO DOAÇÃO DE CONSTANTINO	45

1 INTRODUÇÃO

A *Doação de Constantino* consiste em um suposto decreto imperial do século IV, cujo conteúdo remete ao reconhecimento da existência de um só Deus e de uma só Igreja, vindo por parte de Constantino (imperador do Império Romano entre os anos de 306 a 337), e também à suposta cura da lepra que acometia o imperador por intermédio dos apóstolos Pedro e Paulo - que lhe teriam aparecido em um sonho- e pelo papa Silvestre quando este realizou, de acordo com o documento, o batismo do imperador Constantino¹. Neste mesmo documento, Constantino teria feito uma suposta doação de terras pertencentes ao Império Romano à Igreja Romana, que deveriam ser administradas pelo papa Silvestre e posteriormente, por seus sucessores. Estas terras corresponderiam às regiões da Antioquia, de Alexandria, de Jerusalém e de Constantinopla.

A suposta doação de terras contida no documento foi responsável por promover por muito tempo as bases das reivindicações papais, territoriais e jurisdicionais na Itália. Apesar de se fazer passar por um decreto imperial redigido no século IV, o documento passou a ser utilizado pela Igreja Romana somente a partir do século VIII. Muito utilizado politicamente entre os chefes cristãos para legitimar seu poder frente aos novos reinos que surgiam, o documento foi desmascarado durante o século XV por Lorenzo Valla², que percebeu a existência de incompatibilidades linguísticas entre o documento e a época em que este supostamente havia sido escrito³.

Diante disso, cabe a nós analisar aqui quais os motivos de vincular o documento à figura de Constantino, o Grande e até que ponto o documento serviu para defender os interesses da Igreja Romana a partir do século VIII, já que foi utilizado por muito tempo pelos representantes da Sé Romana. Nossa primeira hipótese é que, para a Igreja, tornou-se mais viável ligar o documento com a figura de Constantino devido ao fato de o imperador ter sido o responsável pela criação de uma série de medidas que favorecessem o cristianismo adotando

¹ Cf. **Medieval Sourcebook: The Donation of Constantine (c. 750-800)**. FORDHAM UNIVERSITY. (c)Paul Halsall Jan 1996 [updated 11/23/96]. Disponível em: <<http://legacy.fordham.edu/Halsall/source/donatconst.asp>> Acesso em 12/12/2016.

² Lorenzo Valla nasceu em Roma, provavelmente no ano de 1407. Único romano entre outros historiadores humanistas, Valla escreve entre abril e maio de 1440 um opúsculo intitulado *De falso credita et ementita donatione Constantini* que foi “concebido para contestar a autenticidade de um documento, intitulado *Constitutum Constantini*, que servia de apoio às aspirações da Igreja ao poder político sobre o território do antigo Império Romano do Ocidente”. Cf. VITORINO, Mônica Valéria Costa. **Lorenzo Valla (1407- 1457)**. In: PARADA, Maurício (org). Os historiadores clássicos da história: de Heródoto a Humboldt. Vários autores. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2012.

³ Cf. **Medieval Sourcebook: The Donation of Constantine (c. 750-800)**. FORDHAM UNIVERSITY. (c)Paul Halsall Jan 1996 [updated 11/23/96]. Disponível em: <<http://legacy.fordham.edu/Halsall/source/donatconst.asp>> Acesso em 24/02/2017. p. 1.

assim, uma política de tolerância ao culto cristão, assegurado pelo Edito de Milão (313) que estabelecia a neutralidade religiosa do Império e concedia aos cristãos a liberdade de culto. Outra hipótese levantada é a de que a Sé Romana, com o uso da falsa *Doação de Constantino*, buscava uma maior autonomia e um distanciamento de Bizâncio e por isso passou a buscar pela expansão de seus domínios, conseguindo doações de territórios e de outros bens de valor.

Além do uso do documento da *Doação de Constantino*, usaremos outra fonte de pesquisa, a obra biográfica de Eusébio de Cesaréia, *Vida de Constantino*, escrita no século IV, que será utilizada para criar um contraponto com a versão do batismo de Constantino que consta no documento da *Doação*. Ainda, outras obras de cunho bibliográfico nos auxiliarão a apresentar ao leitor o contexto ao qual o documento se insere e também nos ajudarão a retratar as personagens destacadas por nós. São elas: a obra de Marcelo Cândido da Silva, *A realeza cristã na Alta Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)* (2008) que nos auxiliará a retratar o governo do merovíngio Clóvis (466-511), a obra do historiador francês Jacques Le Goff *Raízes Medievais da Europa* (2007), com destaque ao carolíngio Pepino, o Breve (714-768) e as obras de Steven Runciman *A Teocracia Bizantina* (1978) e de Michael Angold *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média* (2002), que nos auxiliarão a apresentar a vida do imperador Constantino. Utilizaremos a partir deste momento também o verbete *Milagre* escrito por André Vauchez, que integra o *Dicionário temático do Ocidente medieval* (2006), organizado por Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt.

Para que se torne possível a realização da análise do documento cabe a nós levantarmos discussões em volta do campo da história política, com ênfase no poder político aplicado à estrutura da Sé romana. Desta forma, algumas obras nos auxiliarão neste processo. Dentre elas destacamos o capítulo dois *Lorenzo Valla e a doação de Constantino* da obra de Carlo Ginzburg *Relações de força: história, retórica, prova* (2002) como forma de auxiliar na percepção dos discursos históricos produzidos sobre as fontes documentais e ainda a cerca do ofício do historiador enquanto pesquisador vinculando-o com a visão existente sobre verdade e falsidade para a história. Neste mesmo viés, contaremos com o auxílio do texto de Caroline Silveira Bauer e de Fernando Felizardo Nicolazzi intitulado *O historiador e o falsário* (2016). Em sua escrita Bauer e Nicolazzi tratam a respeito do uso da falsidade em textos que narram fatos históricos e de como o uso da memória é transmitido nestas narrativas.

Como meio de nos auxiliar na análise voltada a autoria da fonte utilizaremos a obra *O que é um autor?* (1992) de Michel Foucault. Em sua análise, Foucault procura desconstruir a ideia do autor como o eixo central do texto colocando-o como um produto/função da escrita,

em uma posição discursiva que é apenas parte da estrutura. A obra *A ordem do discurso* (1996), do mesmo autor, também nos auxiliará neste momento, de modo a proporcionar reflexão em torno do discurso produzido no documento utilizado por nós como fonte de pesquisa.

Ainda, usaremos outras duas obras cujas abordagens remetem ao ofício do historiador: a obra de Michel de Certeau *A Escrita da História* (1982) e a obra *A história* (2003) de François Dosse. Destacaremos o capítulo um *Fazer história* da obra de Certeau, pois a abordagem é voltada às questões referentes ao ofício do historiador no trato com a fonte, acrescentando análises em torno da ideologia religiosa na historiografia e da história como “mito”. Faremos uso do capítulo um *O historiador: um mestre de verdade* da obra de Dosse uma vez que a análise tem como foco a relação entre o saber histórico, o discurso histórico produzido pelas fontes e a verdade.

A fim de construirmos análise em torno das relações políticas e de poder existentes entre Império e Igreja e que permeiam o documento, contaremos com o amparo das obras *Microfísica do poder* (1984), também de Michel Foucault, que auxiliará no entendimento de como se dão os mecanismos do poder, principalmente no conjunto das relações humanas. Contaremos ainda com o apoio do *Dicionário de política* (1998) organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Paquino, tendo foco nos verbetes relacionados às noções de poder e de política escritos por Mario Stoppino e Norberto Bobbio respectivamente. Também, como forma de termos compreensão em torno da ideia de ideologia, usaremos a obra de Louis Althusser *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado* (1985).

Durante o segundo capítulo, iremos apresentar ao leitor o contexto de surgimento do documento, abrangendo a ascensão dos francos, que ocorreu em dois momentos: primeiro com o governo de Clóvis (466-511) e segundo com o governo de Pepino, o Breve. Ainda, contaremos com a análise das noções de poder e de política, para proporcionar ao leitor melhor clareza perante os principais aspectos do texto da *Doação*. A partir do terceiro capítulo, apresentaremos quem foi o imperador Constantino e ainda, começaremos a tecer a análise documental da *Doação de Constantino*. Já no quarto capítulo trabalharemos com os conceitos de verdade e falsidade de modo a perceber de que maneira dialogam com o contexto de disputas pelo poder ao qual a *Doação* se insere. Ainda, neste capítulo buscaremos promover uma reflexão em torno do que estes dois conceitos representam para a historiografia e também procuraremos verificar se o documento responde as hipóteses formuladas.

O documento que usaremos como fonte de pesquisa, a Doação de Constantino , foi escrito originalmente em latim. Entretanto para a realização deste trabalho de conclusão de curso faremos uso de uma tradução do documento na língua inglesa disponibilizada no site do projeto Internet History Sourcebooks Project, pela Fordham University de Nova Iorque . O projeto organizado por Paul Halsall consiste em uma coleção de textos disponibilizados em domínio público e com cópia permitida para uso educacional e de pesquisa cujos conteúdos remetem à história medieval. A tradução do documento para o português será feita por nós.

2 A ASCENSÃO DOS FRANCOS: RELAÇÕES ENTRE IGREJA E IMPÉRIO

Acreditamos ser de grande importância apresentar ao leitor o contexto histórico ao qual o documento da *Doação de Constantino* se insere principalmente, em um momento onde as relações entre estas duas instituições, por vezes, encontravam-se abaladas devido a disputas pelo poder territorial, desencadeadas pelo avanço de povos não romanos (vide mapa no anexo A). A partir do século III o Império Romano passa por transformações significativas em decorrência de uma série de fatores que serviram para desestabilizar o lado ocidental do império, culminando em um longo processo de disputas, que resultou na divisão entre Ocidente e Oriente com a transferência da capital do império de Roma para Constantinopla em 330 (vide mapa no anexo B).

Não entraremos a fundo nas questões que envolvem estas transformações pela distância existente entre os fatos e a nossa fonte de pesquisa. Entretanto, vale ressaltar que a *Doação de Constantino* surge em um momento em que a Igreja sentia-se ameaçada pelo avanço dos povos lombardos, no século VIII. Assim, a instituição busca formar uma aliança com os carolíngios a fim de restabelecer seus domínios e também, expandi-los. Ressaltamos ainda, que a aliança estabelecida entre a Igreja e os francos não é exclusividade deste período, ela tem início com a conversão de Clóvis⁴, em 508.

Conforme Jacques Le Goff (2007: p. 50) a ascensão dos francos “deu-se em dois tempos. Por um lado, no final do século V e no século VI com Clóvis e seus filhos (...) e, de outro lado, no século VIII” com a deposição do último rei merovíngio provocada por Pepino, o Breve. Vejamos como estes governantes ascenderam ao poder e ainda, como firmaram alianças com a Igreja Romana. Daremos destaque ao rei merovíngio Clovis pois durante o seu período de governo houve uma transição de cultos que tornou possível a transformação do império em um império cristão. Além disso, a conversão de Clóvis foi utilizada por seus conterrâneos como um meio de aproximação com o governo de Constantino. Deteremos-nos a analisar o momento em que ocorre esta transição e também em quais momentos houve essa tentativa de aproximação entre o governo de Clovis para com o de Constantino.

⁴ Clóvis foi rei da dinastia merovíngia durante os anos de 482 a 511. Segundo Marcelo Cândido da Silva (2008, p. 79) “na maior parte de trabalhos que lhe foram consagrados desde o final do século XIX, Clóvis aparece como um soberano bárbaro que, pela força da armas, conseguiu apoderar-se da Gália romana. Às vezes, ele aparece também como um alto funcionário romano cujas vitórias militares não foram suficientes para tornar o Reino dos Francos menos dependente do imperador. Em ambos os casos, Clóvis é visto como um mero continuador de tradições ancestrais. O conquistador bárbaro, herdeiro dos antigos costumes germânicos é tão pouco inovador quanto o alto funcionário romano tornado chefe de um Estado galo-franco. Nos dois casos, Clóvis teria apenas seguido um cenário determinado de antemão”.

A respeito da ascensão dos carolíngios, nos deteremos a analisar o governo de Pepino o Breve, principalmente pelo fato de seu nome estar vinculado ao contexto de aparecimento do documento da Doação de Constantino, no século VIII.

Além de abordarmos a ascensão dos francos nos períodos Merovíngio e Carolíngio tendo como foco principal Clóvis e Pepino, respectivamente, é necessário abriremos espaço para o debate em torno das noções de poder e de política, principalmente voltados à sua aplicação dentro da estrutura religiosa, já que o documento tem seu surgimento em um espaço de complexas relações entre os poderes imperial e espiritual e ainda, foi muito utilizado dentro do campo político. Seguindo ordem cronológica, começaremos falando a respeito do governo de Clóvis.

2.1 O GOVERNO DE CLÓVIS (466-511)

Clóvis foi rei da dinastia merovíngia durante os anos de 482 a 511. Neto de Meroveu – cujo nome deu origem ao termo “merovíngio” – e filho de Childerico, “é sem sombra de dúvidas um dos personagens mais importantes da memória histórica francesa” (CÂNDIDO DA SILVA: 2008, p. 77). De acordo com Marcelo Cândido da Silva, em *A realeza cristã na Alta Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)* (2008), a ascensão de Clóvis não indica a ocorrência de ruptura completa para com o Império Romano, uma vez que a sua posição de administrador da Bélgica Segunda foi herdada de seu pai. Para o historiador, Clóvis poderia ser considerado como um rei tipicamente francês. “Com exceção da Septimânia e da Provença, o filho e sucessor de Childerico governava um território que coincidia grosso modo com o espaço sobre o qual reinavam os reis de França nos séculos XVII e XVIII” (CÂNDIDO DA SILVA: 2008, p. 77). Contudo, o autor tem o cuidado de destacar que o prestígio que Clóvis veio a ter dentro da historiografia não ocorreu de uma hora para outra “(...) somente no final do século XIX é que os historiadores franceses começaram a se interessar por ele” (CÂNDIDO DA SILVA: 2008, p. 77), sendo que na maioria dos trabalhos produzidos em torno da figura de Clóvis, sua descrição vinha carregada de uma visão negativa, com o emprego de termos que remetiam ao mundo “bárbaro”, como por exemplo, o uso da força das armas para obter o controle da Gália romana. Em outros momentos, este rei franco é tido como um alto funcionário, porém, sua imagem sempre está atrelada à de “um mero continuador de tradições” (CÂNDIDO DA SILVA: 2008, p. 79).

O principal marco do governo de Clóvis, para além da “fundação da nação francesa”, está em sua conversão ao cristianismo. Com este ato, Clóvis dá início a uma aliança entre duas instituições, uma detentora do poder temporal e a outra, do poder espiritual. É durante a cerimônia de Tours, em 508 que Clóvis converte-se ao Cristianismo, oficializando assim sua aliança para com a Igreja.

Com o batismo, Clóvis passa a ser comparado com o imperador Constantino, o Grande. Entretanto, existem divergências entre a conversão de Constantino e a de Clóvis. Primeiramente, Constantino só se converte ao cristianismo em seu leito de morte (RUNCIMAN: 1978, p. 27), ou seja, apesar de promover ações que proporcionassem certas vantagens aos cristãos o imperador não havia aderido ao cristianismo. No caso de Clóvis, é provável que sua conversão tenha ocorrido por oportunismo do que por uma questão de fé. Marcelo Cândido da Silva nos mostra o momento em que o rei merovíngio aceita o Deus cristão como verdadeiro:

(...) Clóvis teria invocado a ajuda de Cristo no momento em que seu exército estava prestes a ser exterminado [na batalha de Tolbiac], comprometendo-se, em troca a ser batizado. Após o triunfo sobre os alamanos, a rainha Clotilde teria mandado chamar o bispo de Reims, e ele teria convencido Clóvis a aceitar a palavra da Salvação (CÂNDIDO DA SILVA: 2008, p. 81).

Entretanto o próprio historiador nos mostra a existência de uma contradição, de caráter cronológico: existem indícios que mostram a ocorrência da batalha depois da conversão de Clóvis, e não antes. Ao situar a ocorrência da batalha de Tolbiac antes do batismo de Clóvis há a criação de um paralelo para com a visão⁵ que Constantino teria tido antes do combate na ponte Mílvia. Conforme o historiador, este erro cronológico teria ocorrido de forma proposital justamente para criar um vínculo entre os dois governantes. Outro detalhe importante: ao atribuir a rainha Clotilde certa influencia sobre a conversão de Clóvis, cria-se outro paralelo, desta vez, com a mãe de Constantino, Helena (CÂNDIDO DA SILVA: 2008, p. 81). Assim, “O bispo de Tours deve ter percebido que a conversão de Clóvis ao catolicismo, como a de Constantino cerca de dois séculos antes, abria possibilidades consideráveis para a Igreja” (*Idem*, p. 85). Além disso, a aliança firmada com o batismo de Clóvis também foi responsável pelo fortalecimento do poder real, uma vez que as associações à figura de Constantino tornavam-se instrumentos de governo.

Clóvis convocou um concílio a fim de fortalecer os laços entre o poder temporal e o poder espiritual, prática esta já existente. O Concílio de Orléans (511) foi o responsável por consagrar a figura do rei sobre o episcopado. Assim como Constantino fizera durante o

⁵ Abordaremos este fato no item 3.1.

Concílio de Nicéia (325), Clóvis encarregou-se de convocar, organizar e determinar as pautas a serem discutidas pelos bispos. Desta forma, “(...) Os reis merovíngios interferiram nos assuntos eclesiásticos com uma intensidade que só encontra precedentes no Império Cristão” (*Idem*, p. 96). Após a sua conversão o rei merovíngio passou a exercer uma política de controle no meio religioso, como meio de afirmar a sua autoridade perante seus súditos.

Depois da morte de Clóvis, no ano de 511, o reino foi partilhado entre seus filhos Teuderico I, Clodomiro, Childeberto e Clotário I. Do ponto de vista historiográfico, os filhos de Clóvis não tiveram o mesmo prestígio recebido pelo pai. De acordo com Gregório de Tours estes herdeiros eram vistos como reis brutais, impulsivos e sanguinários. Apenas Clotário I conseguirá unificar o reino novamente. Entretanto, ao falecer em 561, o reino será novamente dividido entre seus descendentes (CÂNDIDO DA SILVA: 2008, p. 101-102).

Como nos mostrou Le Goff, o governo de Clóvis foi responsável pelo primeiro momento de ascensão dos povos francos. Apesar da tentativa de seus contemporâneos de criar uma ligação entre o governo de Clóvis e o de Constantino, podemos perceber que o único momento em que quase há uma aproximação entre estes governantes é o do batismo de ambos ao cristianismo. Porém, o batismo de Constantino só ocorreu em seu leito de morte e o de Clóvis ocorreu em vida. O batismo de Clóvis pode ser considerado, como nos mostrou Marcelo Cândido da Silva, um ato político, principalmente por ter promovido a cristianização do império. Enquanto o de Constantino não possuiu ligação com suas ações de governo.

Outro governo de importância, que levou os francos à seu segundo momento de ascensão foi o governo de Pepino o Breve. É neste contexto em que o documento da *Doação* é utilizado pela primeira vez. A seguir veremos como Pepino chegou ao poder e ainda o momento em que o falso decreto imperial lhe é apresentado.

2.2 A ASCENSÃO DOS CAROLÍNGIOS: PEPINO, O BREVE (714-768)

O Império Carolíngio tem seu início com a ascensão de Pepino o Breve. Pepino foi prefeito do palácio⁶ entre os anos de 741 a 751 e rei dos francos entre 751 e 768. De acordo com o historiador francês Jacques Le Goff em *Raízes Medievais da Europa* (2007), durante o período em que Pepino foi prefeito do palácio, quem estava no poder eram os Merovíngios. Contudo, este poder foi enfraquecendo-se aos poucos durante o século VIII (LE GOFF, 2007:

⁶ Cargo administrativo. No século VIII coube aos prefeitos dos palácios a administração dos reinos uma vez que os reis não exerciam o poder de fato. Ver mais em: LE GOFF, 2007: p.50.

p. 50). Descontente com a atuação dos reis merovíngios que detinham o título real, mas que não exerciam nenhum poder de fato (LE GOFF, 2007: p. 50), em 749, Pepino envia emissários do clero ao então papa Zacarias com o intuito de lhe questionar acerca do poder real que estava sendo exercido na França. O papa teria respondido por meio destes representantes que seria melhor que aquele que realmente possuísse o poder fosse chamado de rei (ANNALS OF LORSCH: 1905, p. 37-38). Assim Pepino depôs o último rei merovíngio Childerico III, assumindo a coroa em uma assembleia de grandes leigos e eclesiásticos em Soissons, no ano de 751 (LE GOFF, 2007: p. 50).

Pepino, o Breve foi sagrado uma segunda vez “com seus dois filhos, Carlomano e Carlos, em 754, em Saint-Denis, pelo papa. Esta volta ao ritual da realeza bíblica sacraliza a pessoa do rei como chefe cristão. Reforça o prestígio da monarquia” (LE GOFF, 2007: p. 50). Neste momento, o papa Estevão II teria atravessado os Alpes para ungi-lo como rei e em troca solicitara que Pepino combatesse os povos lombardos e concedesse à Igreja Romana as terras na Itália que haviam sido tomadas por eles. A promessa foi cumprida no ano de 756 (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 1).

Contudo, com a concessão destas terras feita por Pepino, a Igreja entendeu que permaneceria em uma posição de subordinação ao rei dos francos. Desta forma, o documento da *Doação de Constantino* surge como um meio encontrado pela Igreja Romana de afirmar que as terras já haviam sido doadas pelo Imperador Constantino, o Grande. Assim, a doação de Pepino não passaria de uma restituição de terras que já lhe pertenciam. Esta aliança foi favorável às duas partes, uma vez que a Igreja Romana conseguiu obter a aliança militar e política desejada, além do Patrimônio de São Pedro. Em troca da sacralização de Pepino e do reconhecimento de seu título real (LE GOFF: 2005, p. 33). Salientamos que, o distanciamento entre a Igreja e império não ocorreu somente após o surgimento do documento, pelo contrário, este é um processo que já estava ocorrendo há muito tempo.

Quando Pepino vem a óbito, seu poder é repassado aos dois filhos, Carlomano e Carlos (futuro Carlos Magno), seguindo os costumes francos. Porém, Carlomano falece no ano de 771 e Carlos torna-se o único governante (LE GOFF: 2005, p. 51). Assim como seu pai, Carlos Magno também forma uma aliança com a Igreja.

Podemos perceber que as relações existentes entre Igreja e Império sempre foram muito complexas, principalmente no que diz respeito à obtenção de poder. Para que possamos obter uma melhor compreensão em torno desta questão, há a necessidade de abrirmos espaço para discussões em torno das noções de poder e de política, tendo em vista a sua aplicação no trato com a fonte.

2.3 COMPREENDENDO CONCEITOS: NOÇÕES DE PODER E POLÍTICA

Primeiramente daremos espaço ao conceito de poder. Na obra *Dicionário de Política* (1998) o verbete escrito por Mario Stoppino apresenta a seguinte definição sobre o poder: “Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais” (STOPPINO: 1998, p. 933). Ao se referir à aplicação do poder no sentido social, Stoppino vai além. Ele demonstra que seu significado torna-se mais específico, podendo abranger as ações e comportamentos das pessoas. Neste caso, “Poder do homem sobre o homem” (STOPPINO: 1998, p. 933). Desta forma, não há como o poder social existir sem que existam também indivíduos que o exercem como imposição a outros, não correspondendo a uma posse e sim a “uma relação entre pessoas” (STOPPINO: 1998, p. 934).

Conforme Michel Foucault em *Microfísica do Poder* (2011) o poder está presente em todos os âmbitos da sociedade e tem como base os saberes e os discursos produzidos pela sociedade a qual se insere. Para o filósofo francês o conceito de poder vai muito além da esfera econômica e do Estado, ele não pertence a um único espaço social, nem tampouco a um só indivíduo, portanto, todos desempenhamos em algum momento um determinado tipo de poder sobre os outros e também sentimos seus efeitos quando este é imposto a nós por outrem. Assim, o principal objetivo dos discursos de poder empregados na sociedade corresponderia a legitimação da soberania e da obediência. Conforme o autor,

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz o prazer, forma saber, produz discurso. Deve considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instancia negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT:2011, p. 8).

Como se estabelece em todos os âmbitos da sociedade, Foucault afirma que o poder se dá em uma rede de relações pessoais, que promovem a construção de estruturas impessoais. Assim, não pode haver em uma sociedade indivíduos que somente exercem o poder enquanto outros têm este poder imposto a si. Todos os indivíduos, em algum momento da vida, exercem o poder e também experimentam o contrário.

Foucault sugere a existência de duas vertentes relacionadas ao poder: uma vê o poder como algo negativo, repressivo, cuja finalidade principal é colocar o Estado em posição de opressor como forma de legitimar a sua dominação. Por outro lado, há a vertente que possui

uma imagem positiva do poder, conferindo a ele um caráter voltado a algo prazeroso, a satisfação em atingir os resultados desejados.

Um modo de medir o Poder é o de determinar as diversas dimensões que pode ter o comportamento em causa. Em tal sentido, uma primeira dimensão do Poder é dada pela probabilidade que o comportamento desejado se verifique. Quanto mais provável for que B reaja positivamente às ordens e às diretrizes de A, tanto maior é o Poder de A sobre B (STOPPINO: 1998, p. 939).

Utilizando o exemplo dado por Stoppino, poderíamos dizer que *A* corresponderia a Igreja Romana e *B* seriam os Carolíngios. A medida em que o documento da *Doação de Constantino* é utilizado para contestar a concessão das terras cedidas pelos francos, pode-se dizer que *A* espera que *B* reaja a favor de seus interesses, ou seja, espera-se que haja aceitação de *B* no que se refere a supremacia conferida a *A* pelo documento. No momento em que há esta aceitação, pode-se dizer que *A* exerceu determinado *poder* sobre *B*.

São vários os trechos do documento que conferem a Igreja Romana uma posição de vantagem e de supremacia de culto. Além do momento da suposta doação de terras, outro excerto sugere que os representantes religiosos recebam as mesmas honrarias e poderes desfrutados pelos senadores, tendo suas vestes adornadas assim como a sua Igreja.

A relação de poder estabelecida no documento, onde é supostamente dado a Igreja o domínio sobre determinadas regiões do Império possui em seu cerne uma relação íntima para com a política. Assim, destacaremos também o conceito de política de modo a proporcionar ao leitor um maior entendimento em torno destas estruturas. Utilizaremos, então, a definição de Norberto Bobbio (1998). Primeiramente, é necessário expor que a noção de política é ampla e abrange todas as áreas do espaço público, podendo haver variações na forma em que é desempenhado pelas instituições. Dito isto, Bobbio aponta que o conceito de política, quando compreendido como atividade humana encontra-se fortemente ligado ao poder. O autor também nos mostra, quando se refere ao *poder político*, que este “pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem” (BOBBIO: 1998, p. 955). O argumento que se segue é o de que “esta relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência, etc.” (BOBBIO: 1998, p. 955).

Com base neste pensamento, é possível percebermos o uso do poder político por meio da Igreja Romana a fim de atingir seus objetivos. No momento em que a Igreja firma uma aliança militar com os francos, por meio de Pepino, o Breve, há aí um ato político: a instituição religiosa procura o reino franco a fim de conseguir proteção militar contra povos

considerados por ela como “invasores”. Em contrapartida, como já argumentado anteriormente, com esta aliança militar, Pepino, o Breve foi consagrado como rei dos francos pelo próprio papa, Estevão II. Desta forma, Pepino foi o responsável pela ampliação das relações entre a Igreja e os francos, que já havia tido início durante o reinado de Clóvis.

3. A NARRATIVA CONSTRUÍDA NO DOCUMENTO DA *DOAÇÃO DE CONSTANTINO*

Como sabemos o documento da *Doação de Constantino* faz passar-se por um Edito imperial do século IV, contudo, seu real período de escrita corresponde ao século VIII. A partir deste capítulo buscaremos tecer uma análise documental a fim de compreender quais seriam as intenções da Igreja Romana ao produzir um falso decreto imperial. Com base nisto, é oportuno apresentar ao leitor, em um primeiro momento, quem foi o imperador Constantino e quais foram as suas ações em prol do culto cristão, já que o documento que utilizamos como fonte de pesquisa tem este imperador como seu suposto escritor.

Ainda, fazendo uso deste relato sobre o imperador vinculado a análise documental que se segue neste capítulo, buscaremos perceber porque o nome de Constantino foi utilizado e não o de outro imperador.

3.1 CONSTANTINO, O GRANDE (288-337)

Constantino (288-337) foi imperador no Império Romano durante os anos de 306 até 337. Dentre as principais medidas adotadas em seu governo, podemos destacar: o Edito de Milão, assinado em 313 (que pôs fim às perseguições aos cristãos e proporcionou à religião maior liberdade de culto), modificações no exército como, por exemplo, o aumento da armada móvel e a cunhagem de uma nova moeda de ouro, o *solidus* (BONINI: 1998, p. 380). O imperador convocou também o Primeiro Concílio Ecumênico, em 325, o Concílio de Nicéia, e convocou todos os bispos cristãos com o intuito de buscar alternativas que possibilitassem conter as dissensões, como por exemplo, o arianismo e que possibilitassem uma uniformidade de culto. Este Concílio foi decisivo para a história do cristianismo, pois pôs fim a algumas discordâncias de credo e ao cisma melitiano⁷. Ainda, foi o responsável pela transferência da

⁷ O termo melitiano foi utilizado para denominar os seguidores do bispo Melito de Licópolis. Steven Runciman nos conta que durante as perseguições aos cristãos muitos haviam se submetido a autoridades pagãs. Surgiu então, de acordo com o autor, questionamento voltado a readmissão destas pessoas e quais as possíveis punições: “Durante as perseguições de Diocleciano, surgiu uma alteração entre dois bispos egípcios, Pedro de Alexandria e Melito de Licópolis: Pedro propusera punições suaves para crentes que haviam realizado sacrifícios em altares pagãos, fixados de acordo com o fato de terem sido ameaçados com a morte, a tortura ou apenas com a prisão. Quando Pedro, ao ser libertado, levou avante seu programa de ação, Melito e seus seguidores recusaram-se a cooperar; e quando Pedro foi novamente preso e martirizado em 312, os melitianos não reconheceram seu sucessor, Alexandre”. RUNCIMAN: 1978, p.16-17. Com o Concílio de Niceia o cisma melitiano teve fim, por meio do reconhecimento dos bispos melitianos como sagrados se estes obedecessem à autoridade de Alexandre de Alexandria. Ver mais em: RUNCIMAN: 1978, p.21.

sede do poder imperial da cidade de Roma para Bizâncio, rebatizada por ele como Constantinopla, em sua própria homenagem.

De acordo com Le Goff, a transferência da sede do poder imperial para Bizâncio serviu para consolidar “a inclinação do mundo romano para o Oriente” (LE GOFF: 2005, p. 20). Assim Roma deixa de ser o único centro do poder e o Império fica dividido entre Ocidente e Oriente. Michael Angold acrescenta em *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média* (2002) que a cidade “devia servir como uma nova Roma, a partir da qual o Imperador podia inspecionar as mais vulneráveis fronteiras do império, que se estendiam ao longo do Danúbio e do Eufrates” (ANGOLD: 2002, p. 17). Para o historiador, o que se conseguiu com a transferência do poder imperial para Bizâncio foi o surgimento de uma nova entidade, o Império Bizantino, em oposição à ideia existente de construção de uma unidade renovada (ANGOLD: 2002, p. 17). Entretanto, ao analisarmos a estrutura imperial de Bizâncio, podemos perceber a existência de uma herança ocidental, principalmente no que se referem às instituições administrativas, as leis, ao exército e também à Igreja cristã. Assim, verifica-se que esta “nova” entidade, foi fruto de uma adaptação de aspectos estruturais já existentes no antigo Império Romano do Ocidente.

Steven Runciman em *A Teocracia Bizantina* (1978), argumenta ser de costume geral dos historiadores descrever Constantino “como um político sagaz e cético que percebeu na aliança com os cristãos um benefício para a causa imperial” (RUNCIMAN: 1978, p. 14). Quando o poder imperial passa a ser exercido por um único governante surge uma ligação para com a visão teocrática de que o imperador é um representante de Deus na Terra. Esta ideia helenística de que o imperador fazia parte do divino se torna cada vez mais utilizada na sociedade romana e, conforme nos conta Angold, “era o ponto de interseção entre a divindade suprema e a sociedade romana” (ANGOLD: 2002, p. 23). Quando Runciman se refere ao vínculo criado entre a imagem imperial e o divino aponta que o imperador tornou-se com o tempo uma espécie de vice- rei de Deus (RUNCIMAN: 1978, p. 9-10), expressão que tem origem em Eusébio de Cesaréia na obra *Vida de Constantino*, escrita durante o século IV.

Ao descrever a Igreja imperial, Eusébio defende a existência de um único imperador assim como a existência de um único Deus. Esta sacralização da imagem imperial encontrava-se entrelaçada ao poder político desempenhado pela figura do imperador, enquanto administrador do império. Desta forma, a posição atribuída a ele como o representante direto de Deus na Terra corresponderia também a um papel político desempenhado no meio religioso. Conforme nos conta a historiografia, assim como o dogma cristão, o Império

Bizantino também pretendia ser considerado universal, concentrando o poder nas mãos de um único governante que deveria ser um reflexo de Deus:

Assim como o homem fora feito à imagem de Deus, também o reino do homem sobre a terra se fizera segundo a imagem do Reino dos Céus. Assim como Deus governava o céu, da mesma forma um Imperador, feito à Sua imagem, deveria governar a terra e pôr em execução Seus mandamentos (RUNCIMAN: 1978, p. 9).

Desta forma, “Constantino [...] teve de definir com mais clareza sua posição. Afirmava ser ‘igual aos Apóstolos’ e ‘amigo de Jesus Cristo’. Queria injetar uma dimensão pessoal em seu relacionamento com Cristo” (ANGOLD: 2002, p. 23). Esta autodenominação de “amigo de Cristo” e as medidas tomadas em favor do cristianismo serviram para promover a figura imperial frente à nova religião que ganhava forças no império e garantir uma aproximação entre o poder espiritual e o imperial, uma vez que o império não detinha influência nas decisões tomadas pela Igreja (BONINI: 1998, p. 380).

Citando a obra escrita por Eusébio de Cesaréia, *Vida de Constantino*, biógrafo do Imperador Constantino, Steven Runciman nos conta uma narrativa, cujo conteúdo diz respeito a uma suposta visão que o Imperador havia tido no ano de 312 d.C., quando estava a caminho do combate na ponte Mílvia, contra as tropas de Maxêncio. De acordo com esta narrativa, Constantino

teve a visão repentina de uma cruz a brilhar contra o sol do meio-dia, sob a qual havia as palavras: ‘com este sinal vencerás’. Nessa noite, Cristo apareceu-lhe num sonho e ordenou-lhe que inscrevesse nos escudos de suas tropas o *labarum*, o monograma cristão XP (RUNCIMAN: 1978, p. 13).

Sendo assim, o símbolo ☩ foi pintado nos escudos dos soldados. Runciman aponta que a historiografia verifica que quando o Imperador entrou em Roma como vencedor, durante o final de outubro do ano de 312, seus soldados exibiam um símbolo cristão como insígnia e durante as campanhas militares empreendidas no Ocidente, este mesmo símbolo era ostentado pelas tropas (RUNCIMAN: 1978, p. 13).

O imperador desejava trazer mais unidade à Igreja. Assim, outro Concílio foi organizado em Tiro, no ano de 335, a fim de sanar as divergências. Runciman nos mostra que Constantino, escrevendo aos bispos, demonstrava o desejo de não encontrar resistência frente às suas exigências. O imperador teria dito: “Se alguém ignorar minhas notificações, o que eu espero que não suceda, enviarei pessoa autorizada por mim para pressioná-lo e ensinar-lhe que não tem o direito de resistir a ordens do imperador, emitidas em defesa da verdade” (RUNCIMAN: 1978, p. 22-23). Conforme Geary,

Legalizando e favorecendo o cristianismo, Constantino poderia fazer uso de seu dinamismo em seu próprio programa imperial. Seus sucessores foram ainda mais longe, substituindo, por volta do fim do século, os cultos romanos tradicionais pelo

cristianismo e proscrivendo os cultos alternativos com a mesma veemência com que seus antecessores haviam proscrito os seguidores do cristianismo (GEARY: 2005, p. 112).

Antes da ascensão do cristianismo, a população romana seguia práticas não cristãs, o próprio imperador, por exemplo, cultuava o deus Sol. Enquanto isto, o culto cristão era alvo de perseguições. Porém com as medidas adotadas por Constantino e com o crescimento da popularidade do culto cristão, a situação se inverteu: o paganismo passou a ser perseguido e o cristianismo foi adotado como culto principal. Porém a religião cristã só se tornou culto oficial do Império Romano em 380, com o imperador Teodósio I.

Runciman acredita que Constantino teve sorte durante seu governo, pois neste momento a Igreja estava em busca de uma liderança que lhe proporcionasse unidade e paz (RUNCIMAN: 1978, p. 26). Já para Angold, o imperador “muito fizera para fortalecer o componente cristão na ordem romana em termos de organização e bem-estar, mas por ocasião de sua morte, em 337, sua realização ainda parecia vulnerável” (ANGOLD: 2002, p. 18). Para o historiador, a religião cristã revelou divergências em seu cerne, que estavam ocultas durante o período de perseguição ao cristianismo e ainda, havia certa “relutância em aceitar toda a intimidade do abraço imperial” (ANGOLD: 2002, p. 18). No momento em que o cristianismo é aceito no império não havia uma unidade de culto e outras ramificações foram surgindo, como por exemplo, o arianismo. Desta forma a religião cristã deixou de sofrer com as perseguições dos pagãos e começou a ser perseguida pelos próprios cristãos.

Apesar de Constantino promover diversas ações em prol do cristianismo, como por exemplo, a liberdade de culto e a concessão de locais para a realização de cerimônias religiosas, o imperador somente se converteu ao cristianismo próximo de sua morte. E, “[...] Embora tenha sido batizado apenas em seu leito de morte e por um bispo de ortodoxia duvidosa, tornou-se um dos mais reverenciados santos do cristianismo, celebrado através dos séculos como o Companheiro dos Apóstolos” (RUNCIMAN: 1978, p. 27). Constantino, o Grande, foi sepultado em 22 de maio de 337. Após sua morte coube a seus três filhos a administração de seus domínios. Constantino II ficou responsável pela administração da Gália, da Bretanha e da Espanha. Constante ficou com a Itália, África e Ilíria. Ao terceiro herdeiro, Constâncio, coube à administração de todo o Oriente (RUNCIMAN: 1978, p. 27). Quando a administração dos domínios imperiais passa para os três filhos de Constantino, a ideia de que a imagem de Deus deveria ser refletida em um único imperador na Terra é aparentemente deixada de lado (RUNCIMAN: 1978, p. 27).

Voltemos então à primeira hipótese apresentada durante o início de nossa pesquisa, que buscava verificar se o documento foi vinculado ao nome de Constantino devido às ações promovidas por este imperador em prol do cristianismo. Acreditamos que essa hipótese se confirme pelo peso que sua posição de detentor do poder temporal carrega. A associação do documento ao nome de Constantino foi crucial para que a *Doação* fosse aceita durante o século de seu surgimento, devido às ações que este imperador promoveu em prol da religião cristã. Este argumento se confirma com o longo período de utilização do documento na defesa de interesses políticos da Igreja.

Deste modo, nos deteremos a analisar nossa fonte de pesquisa a fim de perceber se a segunda hipótese apresentada no início de nossa pesquisa se confirma ou não. Para relembrar, a hipótese corresponde a uma possível busca por uma maior autonomia da Igreja frente ao império com o uso do documento.

3.2 ANALISANDO A FONTE

Apesar de ter sua falsidade comprovada por Lorenzo Valla, o texto da *Doação de Constantino* é um importante aliado no estudo das complexas relações existentes entre o império e a Igreja. É interessante percebermos que mesmo falso, o documento teve êxito ao salvaguardar interesses da Igreja. A partir disso, cabe salientar que este Edito, serviu muito mais para responder a problemas do século VIII do que propriamente às questões do século IV. Desta forma, buscaremos analisar o documento tendo em mente a disputa pelo poder entre império e Igreja, que culminou na produção da *Doação de Constantino*.

Como se trata de um documento formal, o primeiro parágrafo da *Doação de Constantino* faz uso de saudação oficial em nome do Imperador Constantino e em seguida aponta seu destinatário, o papa Silvestre e seus respectivos sucessores. Este tipo de saudação é muito comum em documentos de caráter diplomático.

Em nome da santa e indivisível Trindade, o Pai, nomeado, e o Filho e o Espírito Santo. O imperador César Flavius Constantino em Jesus Cristo, nosso Senhor e nosso Salvador, um desta mesma santa Trindade - fiel, misericordioso, supremo, benéfico, Alamano, Gótico, Sarmático, Germânico, Britânico, Húnico, piedoso, afortunado, vitorioso e triunfante, sempre augusto: ao santo e abençoado padre dos padres Silvestre, bispo da cidade e para todos os seus sucessores os pontífices, que estão prestes a assentar-se sobre Roma e o papa, à cadeira de São Pedro até o fim dos tempos (...) (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 1)⁸.

⁸ “In the name of the holy and indivisible Trinity, the Father, namely, and the Son and the Holy Spirit. The emperor Caesar Flavius Constantine in Christ Jesus, the Lord I God our Saviour, one of that same holy Trinity,-

Além do uso do termo *César* que remete à sua posição como imperador, o nome de Constantino é vinculado a termos como *fiel*, *misericordioso*, *benéfico* e *vitorioso*, o que demonstra o caráter oficial do documento, assim como chama a atenção para a posição que Constantino ocupa na hierarquia imperial com o uso do termo *supremo*. Ainda, ao colocar Constantino como *Alamano*, *Gótico*, *Sarmático*, *Germânico*, *Britânico* e *Húnico* acreditamos que há a intenção de estender a autoridade imperial aos povos considerados não-romanos, a fim de demonstrar o alcance de sua autoridade em locais que estão fora das fronteiras do império.

Em seguida, ao referir-se à Silvestre, seu destinatário, Constantino teria utilizado em seu discurso expressões como *santo* e *abençoado*. Vemos aí também uma saudação oficial, em respeito à posição que Silvestre ocupa dentro da hierarquia religiosa. Além deste tratamento oficial apresentado no primeiro parágrafo do documento, podemos perceber com o uso da linguagem empregada, a busca por uma aproximação entre a imagem do imperador Constantino à esfera religiosa. Esta tentativa de aproximação é visível logo no início do texto: “Em nome da santa e indivisível Trindade, o Pai, nomeado, e o Filho e o Espírito Santo. O imperador César Flavius Constantino em Jesus Cristo, nosso Senhor e nosso Salvador, um desta mesma santa Trindade” (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 1). Este desejo de aproximar estes dois poderes – imperial e espiritual- condiz com a ideia de que o imperador seria o vice-rei de Deus na Terra. Esta ideia de aceitação do culto cristão como verdadeiro é reforçada no trecho seguinte do documento quando Constantino supostamente faz uma afirmação que remete ao abandono dos ídolos pertencentes a outros cultos e ao encontro da fé cristã tida como a “verdadeira luz”.

Pois desejamos que saibais, como o fizemos através de nosso antigo decreto imperial, que nos afastamos do culto dos ídolos, das imagens mudas e surdas feitas à mão, das artimanhas diabólicas e de todas as pompas de Satanás; e chegamos à fé pura dos cristãos, que é a verdadeira luz e vida eterna. Acreditando, segundo ele - aquele mesmo, nosso reverenciado pai supremo e mestre, o pontífice Silvestre - nos ensinou, em Deus Pai, o Todo-Poderoso Criador do Céu e da Terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis; e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor Deus, por meio do qual todas as coisas são criadas; e no Espírito Santo, o Senhor e vivificador de toda a criatura. Confessamos estes, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, de tal maneira que, na perfeita Trindade, haverá também uma plenitude de divindade e uma unidade de poder. O Pai é Deus, o Filho é Deus, e o Espírito Santo é Deus; e estes três são um em Jesus Cristo (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 2) ⁹.

faithful merciful, supreme, beneficent, Alamannic, Gothic, Sarmatic, Germanic, Britannic, Hunic, pious, fortunate, victor and triumpher, always august: to the most holy and blessed father of fathers Sylvester, bishop of the city of and to all his successors the pontiffs , who are about to sit upon Rome and pope, the chair of St. Peter until the end of time (...).”

⁹ “For we wish you to know, as we have signified through our former imperial decree, that we have gone away, from the worship of idols, from mute and deaf images made by hand, from devilish contrivances and from all the pomp of Satan; and have arrived at the pure faith of the Christians, which is the true light and everlasting life.

Este excerto é fundamental para entendermos o caráter religioso empregado no documento: neste momento o imperador Constantino estaria confessando ao seu destinatário – e não somente a ele, mas a todos que tivessem acesso ao documento – sua crença na Santa Trindade, além de mostrar um imperador que estaria condenando práticas religiosas consideradas não-cristãs como práticas “diabólicas”. É interessante destacarmos que durante o período de vida de Constantino essa relação entre a Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo) não havia sido definida em termos dogmáticos nos concílios ecumênicos. Ou seja, não havia ainda a definição de uma unidade entre estas três esferas. A incorporação do Espírito Santo a Santa Trindade passou a ser definida somente a partir de 381, no Concílio de Constantinopla. Deste modo, a suposta afirmação na crença da Trindade também resulta em um dos muitos indícios de anacronismos que levaram a comprovação da falsidade do documento.

Em seguida, vemos no documento a descrição da criação do primeiro homem por Deus, abrangendo ainda o nascimento de Cristo, sua crucificação e ressurreição. Ainda, acrescenta a persuasão do diabo sobre os homens no culto aos ídolos e às imagens.

Por isso, as virtudes dos Céus e toda a parte material da terra tendo sido aperfeiçoada, pelo sábio aceno de Sua sabedoria, criando primeiro o homem do barro da terra à Sua própria imagem e semelhança, colocou-o num paraíso de alegria. Ele, a serpente antiga e inimigo invejoso, o diabo, através do gosto mais amargo da árvore proibida, fez um exílio dessas alegrias; e, sendo expelido, não cessou de muitos modos lançar seus dardos venenosos; a fim de que, convertendo a raça humana do caminho da verdade para o culto dos ídolos, ele possa persuadi-la, ou seja, adorar a criatura e não o criador; para que, por meio deles (os ídolos), ele pudesse fazer com que aqueles a quem pudesse entrar em suas armadilhas fossem queimados com ele em castigo eterno(...) (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 2)¹⁰.

Apresentar na *Doação* as tentativas do diabo de “converter” homens e mulheres ao culto dos ídolos e apontar a vinda de Cristo como a Salvação serve para contrastar com o caráter divino que se busca apresentar do culto cristão frente a outros cultos que, conforme o falso edito, adoram a criatura deixando o criador em segundo plano. No decorrer do documento nos deparamos com diversos trechos que exaltam o culto cristão ortodoxo com o

Believing, according to what he - that same one, our revered supreme father and teacher, the pontiff Sylvester - has taught us, in God the Father, the almighty maker of Heaven and earth, of all things visible and invisible; and in Jesus Christ, his only Son, our Lord God, through whom all things are created; and in the Holy Spirit, the Lord and vivifier of the whole creature. We confess these, the Father and the Son and the Holy Spirit, in such way that, in the perfect Trinity, there shall also be a fulness of divinity and a unity of power. The Father is God, the Son is God, and the Holy Spirit is God; and these three are one in Jesus Christ”.

¹⁰ “Therefore, the virtues of the Heavens and all the material part of the earth having been perfected, by the wise nod of His wisdom first creating man of the clay of the earth in His own image and likeness, He placed him in a paradise of delight. Him the ancient serpent and envious enemy, the devil, through the most bitter taste of the forbidden tree, made an exile from these joys; and, be being expelled, did not cease in many ways to cast his poisonous darts; in order that, turning the human race from the way of truth to the worship of idols, he might persuade it, namely to worship the creature and not the creator; so that, through them (the idols), he might cause those whom he might be able to entrap in his snares to be burned with him in eternal punishment (...)”.

intuito de reforçar a ideia da religião cristã como sendo o único culto verdadeiro. Além de criar um contraponto voltado à outras crenças, este discurso pode ter sido utilizado como forma de promover e expandir os domínios da Igreja para outras regiões, já que segundo o documento da *Doação Constantino* teria, com a cura da lepra que o acometia, abandonado o culto ao deus Sol e adotado o cristianismo. Entretanto, Steven Runciman (1978, p. 27) nos mostra que o Imperador somente se converteu ao culto cristão em seu leito de morte. O discurso em prol do culto cristão ganha mais força no momento em que o Imperador ressalta o desejo de que todas as nações passem a cultuar o Deus cristão, obtendo o batismo “em nome da santa Trindade” (RUNCIMAN: 1978, p. 27).

A narrativa documental tem continuidade com o momento em que Constantino teria se assumido como um pecador que recebeu a visita, em sonho, de dois apóstolos de Cristo, Pedro e Paulo, que lhe mostraram o caminho da salvação de um mal que o acometia: a lepra. No documento, o imperador afirma que diversos “médicos” teriam buscado por uma cura e que seus sacerdotes teriam lhe sugerido efetuar um cerimonial de sacrifício, a fim de obter a cura, como podemos observar:

(...) Pois, numa época em que uma lepra poderosa e imunda invadiu toda a carne do meu corpo e o cuidado foi administrado por muitos médicos que se reuniram, nem por nenhum deles consegui alcançar a saúde: Sacerdotes do Capitólio, prevenindo-me que uma pia batismal deveria ser feita no Capitólio, e que eu encheria isto com o sangue de crianças inocentes; e que, se eu me banhasse nele enquanto estava quente, eu poderia ser purificado. E muitas crianças inocentes foram reunidas de acordo com suas palavras, quando os sacerdotes sacrílegos dos pagãos desejavam que fossem abatidos e a fonte fosse preenchida com seu sangue: Nossa Serenidade, percebendo as lágrimas das mães, imediatamente abominava a ação. E, compadecendo-os, ordenei que lhes fossem restaurados seus próprios filhos (...) (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 3)¹¹.

Ao citar a proposta da realização de um ritual de sacrifício de crianças para a obtenção da cura de Constantino, cria-se mais uma vez uma imagem negativa dos ritos tidos como pagãos. Em contrapartida, a desistência do Imperador de realizar tal ritual demonstra mais uma vez a construção de uma imagem a favor do culto cristão, reforçando a imagem apresentada no início do texto do imperador como *misericordioso* e *benéfico*. Deste modo, a cura da lepra resultaria em uma comprovação da eficácia da fé cristã - e do Deus cristão -

¹¹ “(...) For, at a time when a mighty and filthy leprosy had invaded all the flesh of my, body, and the care was administered of many physicians who came together, nor by that of any one of them did I achieve health: there came hither the priests of the Capitol, saving to me that a font should be made on the Capitol, and that I should fill this with the blood of innocent infants; and that, if I bathed in it while it was warm, I might be cleansed. And very many innocent infants having been brought together according to their words, when the sacrilegious priests of the pagans wished them to be slaughtered and the font to be filled with their blood: Our Serenity perceiving the tears of the mothers, I straightway abhorred the deed. And, pitying them, I ordered their own sons to be restored to them (...)”.

enquanto operadora de milagres. Esta desistência ao ritual de sacrifício também reforça a ideia de abandono aos rituais não cristãos.

É após este episódio que os apóstolos Pedro e Paulo teriam aparecido, em sonho, ao imperador Constantino, afirmando que este só obteria a cura da lepra por intermédio do papa Silvestre. Conforme o documento da *Doação*, Constantino teria ficado intrigado com a aparição dos apóstolos e, motivado pela busca em obter a cura de sua enfermidade, vai ao encontro do papa Silvestre que se esconde das perseguições aos cristãos no Monte Serapte e, quando finalmente o encontra, relata ao pontífice o que lhe acontecera: “(...) e perguntei-lhe quem eram esses deuses Pedro e Paulo. Mas ele disse que eles não eram realmente chamados deuses, mas apóstolos de nosso Salvador, o Senhor Deus Jesus Cristo (...)” (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 4)¹². Este trecho demonstra novamente a ideia de unidade entre Pai e Filho, contudo não há menção do terceiro elemento da Trindade, o Espírito Santo. Em seguida há a suposta comprovação de que eram os apóstolos de Cristo quem o imperador teria visto em sonho:

(...) Então esse mesmo venerável padre ordenou que as imagens desses mesmos apóstolos fossem mostradas pelo seu diácono. E, quando os vi e reconheci, representados nessas imagens, os semblantes daqueles que eu tinha visto no meu sonho: com um grande barulho, diante de todos os meus sátrapas¹³, confessei que eram aqueles que eu vira em meu sonho (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 4)¹⁴.

Esta suposta visão que Constantino teria tido dos apóstolos nos faz recordar de outra visão que o imperador teria tido, em sonho, e que também é mencionada em nossa pesquisa: a visão do símbolo cristão ☩ em momento anterior ao combate na ponte Mílvia. Na visão anterior ao combate, Constantino é orientado em sonho a gravar o símbolo cristão nas vestes dos soldados a fim de obter êxito no campo de batalha. Assim como esta visão, a aparição dos apóstolos também faz uso da religião cristã como garantia de vitória, neste caso a vitória corresponde à salvação de Constantino, com a promessa do fim de sua enfermidade. Como poderemos verificar no excerto destacado a seguir, esta cura faz parte de um processo de troca em resposta a um ato de fé. Ou seja, Constantino passa por um período de penitência, onde supostamente teria aceitado o cristianismo como fé única para então ser curado.

¹² “(...) and asked him who where those gods Peter and Paul. But he said that they where not really called gods, but apostles of our Saviour the Lord God Jesus Christ (...)”.

¹³ O uso do termo *sátrapa* também é um indício da falsidade do documento. Abordaremos melhor o uso deste termo durante o capítulo *Verdade e falsidade: noções historiográficas no trato com a fonte*, deste Trabalho de Conclusão de Curso.

¹⁴ “(...) Then that same venerable father ordered the images of those same apostles to be shown by his deacon. And, when I had looked at them, and recognized, represented in those images, the countenances of those whom I had seen in my dream: with a great noise, before all my satraps*, I confessed that they were those whom I had seen in my dream”.

Então, o mesmo Silvestre nosso bem-aventurado padre, bispo da cidade de Roma, impôs-nos um tempo de penitência - dentro do nosso palácio de Latrão, na capela, com vestes de pêlo - para que eu pudesse obter o perdão de nosso Senhor Deus Jesus Cristo nosso Salvador por vigílias, jejuns, lágrimas e orações, por todas as coisas que haviam sido impiamente feitas e injustamente ordenadas por mim. Depois, pela imposição das mãos do clero, vim ao próprio bispo; e ali, renunciando às pompas de Satanás e suas obras, e todos os ídolos feitos por mãos, de minha própria vontade diante de todo o povo que confessei: que eu creio em Deus Pai Todo-Poderoso, criador do Céu e da Terra e de todas as coisas visíveis e invisíveis; e em Jesus Cristo, Seu único Filho, nosso Senhor, que nasceu do Espírito Santo e da Virgem Maria (...) (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 4)¹⁵.

Vemos que este processo não ocorre de forma simples, há todo um ritual a ser seguido. Além do tempo de penitência, em que o imperador supostamente teria se submetido à reclusão e efetuado jejuns, vigílias e orações, há o uso de vestes que seriam adequadas ao momento – no documento o imperador estaria usando vestes de pêlo. Em seguida, novamente há o suposto abandono aos ídolos, que mais uma vez representaria o abandono a práticas não cristãs. E por fim, vemos neste excerto, uma suposta confissão ao culto cristão. Novamente há referência a Trindade cristã, concedendo ao Espírito Santo um caráter sacro, assim como a Virgem Maria. Em sequência, o documento descreve o momento em que o imperador teria recebido o batismo cristão e obtido a cura da lepra.

(...) E, tendo a fonte sido abençoada, a onda de salvação me purificou ali com uma imersão tripla. Pois lá, sendo colocado no fundo da fonte, vi com meus próprios olhos uma faixa do Céu me tocando; de onde me levantei, limpo, sei que fui purificado de toda a miséria da lepra. E, sendo eu levantado da venerável fonte - vestindo roupas brancas, administrou-me o sinal do sétuplo Espírito Santo, a unção do óleo santo; E ele traçou o sinal da santa cruz em minha testa, dizendo: Deus te selará com o selo da Sua fé no nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, para sinalizar a tua fé. Todo o clero respondeu: "Amém." O bispo acrescentou: "a paz esteja contigo" (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 5)¹⁶.

Outra fonte descreve esse batismo de Constantino de maneira diferente. Nesta fonte, o imperador Constantino somente se converteu ao cristianismo em seu leito de morte e, sua conversão foi narrada por Eusébio de Cesaréia em *Vida de Constantino*. A conversão

¹⁵ “Hereupon that same most blessed Sylvester our father, bishop of the city of Rome, imposed upon us a time of penance-within our Lateran palace, in the chapel, in a hair garment,-so that I might obtain pardon from our Lord God Jesus Christ our Saviour by vigils, fasts, and tears and prayers, for all things that had been impiously done and unjustly ordered by me. Then through the imposition of the hands of the clergy, I came to the bishop himself; and there, renouncing the pomps of Satan and his works, and all idols made by hands, of my own will before all the people I confessed: that I believed in God the Father almighty, maker of Heaven and earth, and of all things visible and invisible; and in Jesus Christ, His only Son our Lord, who was born of the Holy Spirit and of the Virgin Mary (...)”.

¹⁶ “(...) And, the font having been blessed, the wave of salvation purified me there with a triple immersion. For there I, being placed at the bottom of the font, saw with my own eyes a band from Heaven touching me; whence rising, clean, know that I was cleansed from all the squalor of leprosy. And, I being raised from the venerable font-putting on white raiment, be administered to me the sign of the seven-fold holy Spirit, the unction of the holy oil; and he traced the sign of the holy cross on my brow, saying: God seals thee with the seal of His faith in the name of the Father and the Son and the Holy Spirit, to signalize thy faith. All the clergy replied: “Amen”. The bishop added, “peace be with thee”. Op. cit. p. 4-5.

apresentada por Eusébio difere-se da que foi descrita no documento da *Doação de Constantino*. Conforme o bispo de Cesaréia, Constantino passou por uma indisposição que o levava a banhar-se nas águas termais de sua cidade. Partindo em seguida para a cidade que levava o nome de sua mãe, o imperador “(...) passou algum tempo na Igreja dos Mártires, fazendo orações, súplicas e ladainhas para Deus. Quando descobriu que seu fim estava próximo, pensou que esta era a ocasião para se purificar de seus erros do passado (...)” (VIDA DE CONSTANTINO: IV, p. 383). Eusébio continua a narrativa afirmando que Constantino deslocou-se até a Nicomédia e que lá teria convocado os bispos e lhes dito:

Este era o exato momento longamente esperado por mim, sedento, entre orações, de achar graça ante Deus. Já é hora de gozar do selo que confere a imortalidade, hora da salvadora marca [que] outrora pensei tomar nas correntes do rio Jordão, no que se recorda que também o Salvador recebeu o banho, para exemplo nosso. Mas Deus, que afinal de contas conhece o mais conveniente, é aqui onde nos faz a graça de sua graça. Que não tenha, pois, demora alguma. Pois se o Senhor da vida e da morte quer que nós sigamos de novo vivendo aqui e, de uma vez por todas, decretou que eu me agregue daqui por diante ao povo de Deus e como membro da comunidade participei das rezas juntamente com todos os demais, já me terei ditadas normas de vida a mim mesmo que sejam aceitas a Deus (VIDA DE CONSTANTINO: IV, p. 384)¹⁷.

Vemos no início deste excerto que a narrativa de Eusébio também apresenta uma relação de proximidade entre a religião cristã e o imperador, já que demonstra que o batismo dentro dos dogmas cristãos foi muito esperado por Constantino. Ainda, em sua fala o imperador demonstra que sua conversão é também um desejo vindo de Deus. Eusébio nos conta que foi realizada uma cerimônia para oficializar este desejo, porém, a narrativa é bem diferente da cerimônia do suposto batismo que consta no documento da *Doação*. Em *Vida de Constantino* a narrativa em torno deste momento é a seguinte:

(...) eles [os bispos] realizaram os ministérios divinos com a meticulosa celebração ritual, e instruíram como deveria ser, fizeram-no parte no sagrado mistério. Com isto Constantino foi o único entre os imperadores de todos os tempos que alcançou a perfeição depois de se regenerar com os mistérios de Cristo, e sendo digno do selo divino, ele se alegrou em seu espírito, ele se sentiu renovado e estava cheio da luz divina, alegrando-se em sua alma pelo extraordinário de sua fé, mas também admirado pela grandeza do poder divino. Quando a cerimônia foi consumada, ele vestiu um esplêndido vestuário imperial que brilhava como luz e se debruçava sobre uma cama muito branca, não querendo tocar mais a púrpura. E então, levantando a voz, ele criou a Deus sua oração de ação de graças, dizendo, além disso: “Agora eu sei que estou verdadeiramente feliz, agora sei que fui encontrado digno da vida

¹⁷ “Éste era el cabal momento largamente esperado por mí, sediento, entre oraciones, de hallar gracia ante Dios. Hora nos es ya de gozar del sello que confiere la inmortalidad, hora de la salvífica impronta [que] otrora pensé tomar en las corrientes del río Jordán, en las que se recuerda que también el Salvador recibió el baño, para ejemplo nuestro. Pero Dios, que a fin de cuentas conoce lo más conveniente, es aquí donde nos hace la merced de su gracia. Que no haya, pues, dilación alguna. Pues si el Señor de la vida y de La muerte quiere que nosotros sigamos de nuevo viviendo aquí y, de una vez por todas, se ha decretado que yo me agregue en lo sucesivo al pueblo de Dios y como miembro de La comunidad participe de los rezos juntamente con todos los demás, ya me tendré dictadas normas de vida a mí mismo que sean aceptas a Dios.” (tradução nossa para o português).

imperecível, agora sei que participo da luz divina” (VIDA DE CONSTANTINO: IV, p. 384- 385)¹⁸.

Eusébio não nos dá detalhes da cerimônia em sua narrativa, porém faz questão de destacar que o imperador teria sido o único de seu tempo a alcançar tal graça. Assim como o suposto batismo citado no documento da *Doação de Constantino*, a narrativa transmitida por Eusébio de Cesaréia também demonstra a ideia de que a religião cristã seria a única fé verdadeira. Podemos perceber isto, principalmente, na frase final do excerto supostamente dita por Constantino.

Voltando ao que nos conta o documento da *Doação*, a cura de Constantino por meio da intervenção do papa Silvestre e por meio da crença na religião Cristã nos remete a uma ideia de milagre por intermédio de forças sobrenaturais, provenientes, neste caso, de Deus. Conforme André Vauchez (2006, p. 197) a crença geral em torno do período medieval é de uma época cercada por um ambiente onde as forças sobrenaturais – neste caso Deus – intervêm diretamente no cotidiano dos seres humanos. A respeito dos escritos que relatam fatos miraculosos que supostamente ocorreram durante a Idade Média, o medievalista francês afirma: “só conhecemos aquilo que as pessoas quiseram dizer. Ora, a maioria era homens da Igreja propensos, por exemplo, a estabelecer um elo privilegiado entre os milagres e a santidade de tal ou tal servidor de Deus e a ‘virtude’ de suas relíquias” (VAUCHEZ: 2006, p. 198). No caso de nossa fonte de pesquisa o elo que se busca estabelecer corresponde à santidade do papa Silvestre com o milagre da cura de Constantino por intermédio da fé cristã.

Os relatos miraculosos que surgiram entre os séculos VII e IX tinham por justificativa a afirmação de que para Deus, nada é impossível. Diante disso, os principais testemunhos de cura continham em seu cerne a busca pela salvação dos mais diversos males, desde a cura de alguma doença (como no caso de Constantino, a cura da lepra), cegueira, paraplegia e até

¹⁸ (...) ellos llevaron a cabo los divinos ministerios con la minuciosa celebración ritual, e instruido de cuanto convenía, le hicieron tener parte en los sagrados arcanos. Con ello fue Constantino el único entre los emperadores de todas las épocas que alcanzó la perfección tras regenerarse con los misterios de Cristo, y al hallarse merecedor del sello divino, se regocijó en su espíritu, se sintió renovado y se vio henchido de la luz divina, alborozándose en su alma por lo extraordinario de su fe, pero también estupefacto por la rotundidad del poder divino 109. Al consumarse la ceremonia, se puso una esplendente e 5 imperial vestidura que relumbraba como la luz y se recostó sobre un blanquísimo lecho, no queriendo ya tocar más La púrpura. Y después, alzando la voz, elevó a Dios su oración de 1 acción de gracias, diciendo por añadidura: “Ahora sé que soy de veras feliz, ahora sé que se me ha hallado digno de La vida imperecedera, ahora sé que tengo parte en la luz divina” (tradução nossa para o português).

mesmo, por vezes, a ressuscitação de crianças. A construção de um milagre de cura nesta narrativa e o estabelecimento de uma ligação entre o papa Silvestre e o imperador Constantino condiz com a afirmação de Vauchez de que a maioria dos relatos de milagres tem por finalidade principal “tornar seu ‘herói’ o mais próximo possível de um modelo reconhecido (...) já que o homem de Deus cujos relatos são celebrados situa-se necessariamente na linha direta dos grandes ‘curandeiros’” (VAUCHEZ: 2006, p. 202). Os “grandes curandeiros” apontados pelo francês são Jesus Cristo, Santo Antônio e São Martinho (VAUCHEZ: 2006, p. 202). Ao relatar que foi a intercessão de Silvestre que curou Constantino, o documento da *Doação* reforça ainda mais a ideia de santidade do pontífice que a Igreja buscava propagar.

A crença que havia durante o período medieval era a de que todos os fenômenos negativos que se instauravam no cotidiano da população eram frutos de forças do mal que acabavam sendo relacionados às ações das pessoas. No caso dos milagres, para a obtenção da cura, as pessoas deveriam passar por um período de penitência, onde deveriam efetuar orações e jejuns como meio de conseguirem o perdão e terem sua graça alcançada. Constantino relata, em sua *Doação*, que antes de obter de fato a cura da lepra passou por penitência imposta pelo pontífice. Assim, o milagre corresponderia a uma resposta de um ato de fé (neste caso, a penitência).

Ainda conforme Vauchez,

(...) os clérigos procuraram sobretudo substituir o miraculoso pagão pelo miraculoso cristão, situando-o no mesmo nível de realismo e eficácia. As relíquias que, mesmo reduzidas a minúsculos fragmentos, conservavam todas as prerrogativas dos corpos santos, foram os principais instrumentos desta pastoral elementar. Elas garantiram ampla difusão e uma real democratização da santidade cristã. O sucesso desta política deve-se ainda ao fato dela ser acompanhada pela recuperação de certas práticas da medicina antiga, como a peregrinação terapêutica ou a incubação, isto é, o fato de dormir em um santuário para ser curado depois de alguns dias, após um sonho ou uma visão tida durante o sono (VAUCHEZ: 2006, p. 201).

Além das narrativas miraculosas promoverem a santidade da Igreja através de seus membros, elas serviram como forma de possibilitar a expansão do culto cristão já que um grande número de pessoas buscava a cura de suas enfermidades. Assim, um milagre por vezes levava a outro. Ao relatar a importância dos milagres na esfera social, Vauchez acrescenta que a sua ocorrência vinha acompanhada do caráter divino, ou seja, da santidade do responsável pelo ato miraculoso, como forma de evidenciar a fragilidade dos seres humanos, que não teriam a capacidade de “alcançar a verdade por si só” (VAUCHEZ: 2006, p. 200).

O discurso religioso empregado no documento tem continuidade, com o relato dos dias que se seguem ao batismo. Nele Constantino teria alegado mais uma vez o caráter único do Deus cristão e da Trindade, levando novamente ao entendimento de que já haveria uma

unidade entre estas três “entidades”, o que, como já apresentamos, não ocorrer em termos de discussões teológicas e definições conciliares durante o governo de Constantino.

(...) no primeiro dia depois de receber o mistério do santo batismo, e depois da cura do meu corpo da miséria da lepra, reconheci que não havia outro Deus senão o Pai, o Filho e o Espírito Santo; que o mais abençoado Silvestre, o papa, prega; uma trindade em um, uma unidade em três (...) (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 5)¹⁹.

A afirmação do reconhecimento do Deus cristão por um Imperador poderia significar uma tentativa de reafirmar a Igreja como uma instituição detentora da “verdadeira fé”, já que muitas ações promovidas pelo governo de Constantino foram favoráveis ao cristianismo. Para, além disso, vincular o documento ao detentor do poder imperial seria uma forma de garantir que os objetivos almejados pela Igreja fossem alcançados sem grandes contestações. O excerto que dá sequência ao documento é de suma importância, pois representa, a nosso ver, o objetivo principal da Igreja Romana. Além de obter proteção militar frente ao inimigo, outro objetivo que a Igreja buscava alcançar corresponde à expansão de sua área de atuação. Com base nisto, vejamos o excerto que dá sequência ao texto da *Doação de Constantino*:

E ordenamos e decretamos que ele [o papa] terá a supremacia também sobre os quatro assentos principais Antioquia, Alexandria, Constantinopla e Jerusalém, como também sobre todas as igrejas de Deus em todo o mundo. E aquele que por enquanto será o pontífice daquela santa igreja Romana será o mais exaltado, e chefe, de todos os sacerdotes do mundo inteiro; e, de acordo com o seu julgamento, tudo o que deve ser prestado para o serviço de Deus ou a estabilidade da fé dos cristãos deve ser administrado (...) (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 6).²⁰

Apesar do discurso religioso empregado no documento, este trecho revela um interesse político e expansionista, que nos remete também a uma configuração de disputas pelo poder territorial entre a Igreja Romana e o império. Contudo, para além de um processo de disputas territoriais, podemos verificar no texto elementos que remetem à disputas no próprio meio religioso, já que o documento demonstra a busca pela Igreja de Roma de se colocar como sede suprema da Igreja cristã frente às outras Igrejas como por exemplo, as Igrejas de Antioquia, Alexandria, Constantinopla e de Jerusalém. É fundamental destacarmos que este excerto demonstra também a supremacia conferida ao papa sobre os demais patriarcas. Estas disputas entre as Igrejas não ocorre somente durante o período em que o documento supostamente teria

¹⁹ “(...) on the first day after receiving the mystery of the holy baptism, and after the cure of my body from the squalor of the leprosy, I recognized that there was no other God save the Father and the Son and the Holy Spirit; whom the most blessed Sylvester the pope doth preach; a trinity in one, a unity in three (...)”.

²⁰ “And we ordain and decree that he shall have the supremacy as well over the four chief seats Antioch, Alexandria, Constantinople* and Jerusalem, as also over all the churches of God in the -whole world. And he who for the time being shall be pontiff of that holy Roman church shall be more exalted than, and chief over, all the priests of the whole world; and, according to his judgment, everything which is to be provided for the service of God or the stability of the faith of the Christians is to be administered (...)”.

sido escrito (século IV), mas também é um problema existente no século VIII, período em que o documento aparece pela primeira vez. Portanto, fazer uso do documento como meio de garantir a supremacia da Igreja de Roma é um forte indício de que esta disputa perdura através dos séculos. Entretanto, as regiões supracitadas não são os únicos alvos de desejo da Igreja de Roma.

(...) e mesmo na costa norte e sul; - Ou seja, na Judéia, Grécia, Ásia, Trácia, África e Itália e as várias ilhas: sob esta condição, na verdade, que todos serão administrados pela mão do nosso mais abençoado padre o pontífice Silvestre e seus sucessores (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 7)²¹.

O trecho em destaque revela a pretensão da Igreja Romana em garantir sua supremacia sobre todos os patriarcados do cristianismo até aquele momento e também garante que estas regiões sejam administradas pelo papa de Roma. O discurso produzido no documento expressa em diversos momentos o desejo de garantir esta supremacia da Igreja e também do papa, alegando que é direito da Igreja deter o poder sobre as regiões de domínio imperial, e ainda, sugere que todas as outras nações deveriam seguir o seu exemplo, escolhendo o culto cristão como prática religiosa ao invés de outras religiões existentes. Outro ponto de destaque que confirma este desejo pela supremacia de culto é o momento em que o documento cria uma imagem “diabólica” das práticas não-cristãs, sob a afirmativa de que somente com a fé cristã era possível alcançar a verdadeira salvação. Para além da supremacia de culto, é possível percebermos que o documento visava garantir a autonomia da Igreja Romana para com o império. Isto se verifica principalmente, no momento em que o documento aponta que o poder desempenhado pelo papa deveria se equiparar ou ser maior ao do governante do império. Assim, o papa deveria ser o mais exaltado de todos os governantes.

Por muito tempo este documento foi utilizado para garantir com que a Igreja Romana tivesse esta autonomia. Contudo, com o passar dos séculos a veracidade do documento passou a ser questionada. Conforme Ginzburg, quando Lorenzo Valla escreve o texto que comprova a falsidade da *Doação de Constantino*, o documento já havia sido posto em discussão (GINZBURG: 2002, p.65). Para além de debatermos a respeito de sua falsidade, é necessário entendermos o que de fato é considerado verdadeiro para a historiografia. Assim, no capítulo seguinte, teremos como objetivo principal apresentar ao leitor um recorte em torno dos conceitos de *verdade* e de *falsidade* e o diálogo existente entre estas noções no trato com a fonte.

²¹ “(...) and even on the northern and southern coast;-namely in Judea, Greece, Asia, Thrace, Africa and Italy and the various islands: under this condition indeed, that all shall be administered by the hand of our most blessed father the pontiff Sylvester and his successors”.

4. VERDADE E FALSIDADE: NOÇÕES HISTORIOGRÁFICAS NO TRATO COM A FONTE.

O foco principal de nossa pesquisa não está em tentar confrontar o debate já estabelecido acerca da falsidade do documento. Porém, é necessário que façamos uma exposição em torno do tema para que seja possível a compreensão a respeito da efetividade do documento, pois, mesmo tendo sua autenticidade posta à prova, a *Doação de Constantino* foi por muito tempo utilizada na defesa dos interesses da Igreja.

Assim, para darmos início à análise em torno dos conceitos de verdade e de falsidade para a historiografia, principalmente, no que diz respeito às fontes históricas, utilizaremos o capítulo dois *Lorenzo Valla e a doação de Constantino* da obra de Carlo Ginzburg *Relações de força: história, retórica, prova* (2002). Neste capítulo Ginzburg primeiramente nos mostra o contexto ao qual Valla escreveu a sua *De falso credita et ementita Constantini donatione*²². Neste momento “(...) O papa Eugênio IV tentara impedir, com armas, a ascensão de Afonso de Aragão, protetor de Valla, ao trono de Nápoles. Denunciando a falsidade de um documento célebre, Valla construiu um efficientíssimo texto de propaganda antipapal” (GINZBURG: 2002, p. 64). Com o passar do tempo, seu texto tornou-se um manifesto político utilizado para denunciar as aspirações da Igreja.

Lorenzo Valla percebeu que poderia comprovar a falsidade do documento por meio de incompatibilidades linguísticas entre o texto e seu suposto momento de escrita. Citaremos duas destas incompatibilidades: o uso do termo *sátrapas* e também da utilização do nome Constantinopla. A utilização do termo *sátrapas*, como vimos anteriormente, ocorre no momento em que o imperador Constantino supostamente teria reconhecido as imagens dos apóstolos Pedro e Paulo: “E, quando os vi e reconheci, representados nessas imagens, os semblantes daqueles que eu tinha visto no meu sonho: com um grande barulho, diante de todos os meus *sátrapas*²³, confessei que eram aqueles que eu vira em meu sonho” (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 4). Tendo em evidência que este termo não era utilizado durante o século IV, Valla constatou que poderia se tratar de um indício de falsidade. O próprio editor Paul Halsall faz uma observação no documento explicando ao leitor que no momento da suposta escrita da *Doação* “Não haviam tais oficiais romanos” (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 4).

²² A falsa e enganosa doação de Constantino.

²³ Grifo nosso.

Quanto ao uso do nome de Constantinopla ser um indicativo da falsidade do documento, explicamos. No momento em que há a suposta doação das terras pertencentes ao império para a Igreja, há o uso da palavra Constantinopla, como é possível verificar: “E ordenamos e decretamos que ele terá a supremacia também sobre os quatro assentos principais Antioquia, Alexandria, Constantinopla e Jerusalém (...)” (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 6). Quando o nome de Constantinopla aparece no documento, temos o entendimento de que a cidade de Bizâncio já havia sido reestruturada e rebatizada pelo imperador Constantino em sua própria homenagem. Contudo, ao continuarmos a leitura nos deparamos com o seguinte trecho:

Portanto, percebemos que seria conveniente que nosso império e o poder de nosso reino fossem transferidos e mudados para as regiões do Oriente; e que, na província de Bizâncio, em um lugar muito apropriado, uma cidade deve ser construída em nosso nome; e que nosso império deveria ser estabelecido. Pois, onde a supremacia dos sacerdotes e a corda da religião cristã foi estabelecida por um governante celestial, não é apenas lá que um governante terreno deve ter jurisdição (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 9)²⁴.

Este excerto nos leva a compreensão de que o documento tenha sido supostamente escrito em um período anterior à transferência da sede imperial do Ocidente para o Oriente, já que o texto faz menção do desejo desta mudança. Aí esta a contradição, que conforme Valla, também é um exemplo que comprova sua falsidade. Paul Halsall também destaca esta discordância: “no momento da suposta data do documento, Constantinopla não tinha sido fundada. Sua posição como ‘assento-chefe’ estava a dois séculos de distância” (THE DONATION OF CONSTANTINE (c. 750-800): p. 6)²⁵.

Dentre os argumentos que buscavam atestar a falsidade do documento Ginzburg apresenta o de João de Paris, jurista medieval, que propunha que a *Doação* não seria verdadeira, pois o imperador não poderia realizar doações de territórios “do qual era apenas o ‘administrador’” (GINZBURG: 2002, p. 65). Assim como João de Paris, Valla também duvidou que o imperador Constantino tenha feito tal doação e, por isso, buscou mostrar em seu texto as discordâncias existentes no documento. Contudo, como forma de contestar a veracidade do documento, Valla também faz uso de diálogos ficcionais (imaginários), a fim argumentar sobre o caráter duvidoso da *Doação de Constantino*. Conforme Valla se esta

²⁴ “Wherefore we have perceived it to be fitting that our empire and the power of our kingdom should be transferred and changed to the regions of the East; and that, in the province of Byzantium, in a most fitting place, a city should be built in our name; and that our empire should there be established. For, where the supremacy of priests and the head of the Christian religion has been established by a heavenly ruler, it is not just that there an earthly ruler should have jurisdiction”.

²⁵ “at the time of the supposed date of the document, Constantinople had not been founded. Its position as "chief seat" was two centuries away”.

doação tivesse de fato ocorrido, o imperador Constantino “teria ofendido os filhos, humilhado os amigos, negligenciado ao seus (...) E mesmo que fosse capaz de fazer isso, tornando-se quase um outro homem, não teriam faltado os que o iriam advertir” (*apud* GINZBURG: 2002, p. 67). É possível verificar, desta forma, que Valla não teme aliar o uso de diálogos ficcionais ao método de investigação crítica. Ginzburg também nos mostra a visão de Valla a respeito do trabalho do historiador enquanto investigador. Para ele (Valla), o trabalho desempenhado pelo historiador é complexo: “Escrever história é difícil, (...) como mostram as divergências entre aqueles que estiveram presentes aos próprios eventos. Para estabelecer a verdade, o historiador precisa de esmero e de acuidade não inferiores aos de um juiz ou médico” (GINZBURG: 2002, p. 76).

Para François Dosse, no capítulo *O historiador: um mestre de verdade* da obra *A história* (2003), Lorenzo Valla foi o responsável por promover uma crítica erudita da fonte histórica, rompendo com a noção estabelecida em tempos anteriores cuja veracidade de um documento era comprovada somente pela aprovação de autoridades máximas, ou seja, no caso de um escritor ou até mesmo um historiador, contar por meio da escrita as façanhas de determinado governante, este só teria sua obra publicada mediante a aprovação da autoridade em questão. Esta reviravolta provocada por Valla abriu espaço para a discussão de textos de âmbito religioso, possibilitando novas interpretações e colocando em xeque perspectivas anteriores.

Apesar da falsidade da *Doação de Constantino* há a presença de um fato verídico: a transferência da sede do poder imperial para o Oriente. A utilização de um fato histórico na construção de um texto mentiroso é justamente a temática trabalhada pelos historiadores Caroline Silveira Bauer e Fernando Felizardo Nicolazzi no ensaio *O historiador e o falsário* (2016). Conforme os autores a utilização de um fato histórico em meio a um enredo ficcional, ou mentiroso, promove uma reflexão em torno do uso do passado, da função da história e, sobretudo, do papel do historiador. Bauer e Nicolazzi recorrem aos antigos para retratarem o perfil dado ao historiador e ao gênero histórico: “quem não sabe que a primeira regra do gênero [da história] é não ousar dizer nada de falso? a segunda, ousar dizer tudo que é verdadeiro?” (CÍCERO: 1966, XI. *apud* BAUER e NICOLAZZI: 2016, p. 810). Ao historiador cabe então, a investigação dos fatos ocorridos no passado tendo sempre em mente o compromisso para com a construção de relatos o mais próximos possível da verdade.

Os fatos analisados²⁶ por Bauer e Nicolazzi no ensaio promovem o entendimento de que para além do relato do passado tal qual ocorreu, também há a possibilidade da utilização historiográfica na produção do falso. Este aspecto traz a tona o debate em torno do trabalho realizado pelos falsários que, conforme os historiadores, foi responsável pela constituição do método crítico em diversas áreas de conhecimento. Para os historiadores “(...) o trabalho do falsário se converte em uma forma particular de uso do passado. Neste campo, portanto, os historiadores não são os únicos atuantes” (BAUER e NICOLAZZI: 2016, p. 831). Conforme Paul Ricoeur (2000) existem “três motivos que compelem à falsificação na história: impedir a memória, manipular a memória e impor determinada memória” (*apud* BAUER e NICOLAZZI: 2016, p. 828). No caso de nossa fonte de pesquisa, podemos perceber que há uma tentativa de impor uma memória, pois o falso documento remete à uma suposta doação feita por Constantino, colocando-o como escritor do edito, a fim de garantir a supremacia da Igreja de Roma e do papa romano sobre os territórios em questão.

Diante disso, cabe a nós suscitar o diálogo em torno dos discursos produzidos e de autoria, tendo em mente nossa fonte de pesquisa, o documento da *Doação de Constantino*. Em *A ordem do discurso* (1996), Foucault analisa a ocorrência da produção discursiva e da posição-sujeito dentro do texto. Para ele, a produção de discursos corresponde a uma rede de signos que se conecta a outras redes construídas a partir de outros discursos. Portanto, a formação discursiva “(...) é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (*Idem* p. 8-9). Neste caso, controlar os discursos produzidos significa também deter controle sobre as pessoas.

De acordo com Foucault, a produção de discurso está intrinsecamente ligada às formações ideológicas. Assim, os discursos surgem antes mesmo de serem manifestados de fato: já existe a ideia, o sentido, que serão evidenciados por meio dos signos, ou seja, das palavras. Logo, todo sujeito ao produzir discursos é afetado pela ideologia. Estando o discurso atrelado à materialização ideológica, toma para si um caráter perigoso, ao passo que

²⁶ O ensaio de Bauer e de Nicolazzi propõe uma reflexão ao uso do passado mediante análise de dois fatos. O primeiro corresponde a polemica que envolve Enric Marco Battle e o segundo corresponde a uma intervenção pública promovida por Marco Antonio Villa. Apesar do ensaio não ter um vínculo direto com o documento da Doação de Constantino, é possível utilizá-lo durante nossa análise uma vez que o ensaio possibilita reflexões em torno do uso do passado e do ofício do historiador enquanto investigador. Para maiores esclarecimentos ver: BAUER, Carolina S.; NICOLAZZI, Fernando F. O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v32n60/1982-4343-vh-32-60-00807.pdf>>. Acesso em: 09/10/2017.

possibilita aos indivíduos a dominação sobre outros. Neste caso, a produção de discurso também corresponde à prática do poder.

Tomemos como exemplo o texto de nossa fonte de pesquisa. O discurso produzido na *Doação de Constantino* foi construído de forma a possibilitar a expansão dos domínios jurisdicionais da Igreja, ou seja, o documento se insere em um complexo campo de disputas pelo poder. Tendo como característica norteadora a cura milagrosa como justificativa para a doação das terras, podemos perceber a forte presença de uma ideologia de caráter religioso. Diferente da ideia de Foucault, Louis Althusser em *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado* nos mostra que a ideologia corresponde à “um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER: 1985, p. 81). Estas ideias podem ser tanto conscientes quanto inconscientes dentro da constituição dos indivíduos. No caso da ideologia religiosa, especificamente, há a interpelação de indivíduos como o objetivo de transformá-los em sujeitos que, sejam livres para seguir ou não as ordens de Deus. Deste modo, “a interpelação dos indivíduos como sujeitos supõe a “existência” de um Outro Sujeito [Deus], Único, e central, em Nome do qual a ideologia religiosa interpela todos os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER: 1985, p. 101).

Quanto à noção de verdade, Foucault se difere novamente de Althusser e sugere que se faz necessário questionarmos a vontade de verdade, ou seja, o discurso como separação entre o verdadeiro e o falso. O autor nos mostra que todo discurso produzido apresenta em sua constituição, em caráter subjetivo, uma vontade de conhecer as verdades discursivas. Para ele estar *no verdadeiro* significa a produção de uma verdade aceita por uma sociedade e que é de interesse de um grupo social específico. Assim,

(...) A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instancias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT: 2011, p. 12).

Deste modo, a noção de verdade é produzida conforme os discursos determinados por uma sociedade, podendo sofrer alterações na medida em que a sociedade ao qual se insere modifica seus discursos. Conforme já dito, para Foucault não há verdade sem poder. Ele defende que o poder é gerador do saber e, que o saber corresponde a um conjunto de práticas que irão caracterizar a verdade. Sabendo que a verdade é formada pelo meio social dos indivíduos é possível percebermos que o que é caracterizado como verdade para determinados

grupos pode não ser verdade para outros, podendo haver então uma manipulação da verdade a fim de se atingirem outros grupos sociais específicos.

A respeito da autoria Michel Foucault em *O que é um autor?* (1992) promove uma desconstrução da ideia do autor como peça central do texto e sugere que o ato de escrever é responsável pela “morte do autor”, ou seja, pelo apagamento das características individuais do autor, por este distanciamento do centro do texto, colocando-o como um produto/função da escrita. Conforme Foucault, vincular um texto a um nome, no caso ao nome do autor, exerce certo papel sobre os discursos produzidos. Assim,

(...) para um discurso, ter um nome de autor, o fato de poder dizer “isto foi escrito por fulano”, ou “tal indivíduo é o autor”, indica que este discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de uma certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber certo estatuto (FOUCAULT:1992, p. 45).

Portanto, assumindo que a ligação entre autor e texto provoca determinadas classificações que podem corresponder à determinadas esferas de discurso, podemos entender que o vínculo criado entre o texto da *Doação* e a figura do imperador Constantino sugere um determinado grau de importância em um período onde “(...) o discurso não era um produto, um bem: era um ato – um ato colocado no campo bipolar do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo” (FOUCAULT:1992, p. 47). Ou seja, no momento em que os textos passam a ser vinculados a uma determinada autoria, o autor torna-se sujeito suscetível à punição. Ao criar um vínculo entre o documento e o detentor do poder imperial a Igreja conseguiu fazer com que por muito tempo o documento não tivesse a sua veracidade questionada.

Para além do questionamento que dá nome à comunicação articulada por Foucault, o filósofo propõe questões que nos proporcionem reflexões que ultrapassem o entendimento de autenticidade, ou de veracidade. Assim, os questionamentos deveriam girar em torno do discurso produzido, tendo em vista seu possível surgimento, seu possível meio de circulação, seus modos de existência e quem pode se apropriar dele.

Partindo destes questionamentos, podemos perceber que o discurso produzido na *Doação de Constantino* foi escrito a fim de ser utilizado pela Igreja Romana como algo que garantisse a defesa de seus interesses, que em nosso entendimento corresponderia muito mais ao meio político do que ao religioso. Apesar de por todo o texto conter trechos que remetem muito ao religioso, acreditamos que o documento traz consigo um discurso político muito forte, construído a partir de problemas que afetavam a Igreja Romana no século VIII. É possível perceber que não é expresso no documento a busca por um afastamento entre Igreja e

império, pelo contrário, há a demonstração do desejo de aproximar estas duas esferas de poder. Contudo, pode-se dizer que a Igreja de Roma buscava uma maior autonomia do Império Bizantino enquanto procurava aproximar-se do Império Carolíngio.

Considerando a formalidade empregada no documento, que se faz passar por um decreto imperial, acreditamos que o texto foi formulado a fim de atingir uma determinada esfera dentro da hierarquia social, e neste caso, acreditamos que o documento tinha por objetivo ser apresentado ao detentor do poder máximo do governo, com a intenção de se fazer cumprir as supostas ordens do imperador Constantino. Tendo em vista que o documento foi utilizado pela Igreja de Roma a fim de contestar a concessão de Pepino o Breve, acreditamos que a circulação do documento tenha ocorrido, principalmente, dentro de espaços religiosos, pois o texto tem seu surgimento nas dependências da chancelaria pontifícia e foi muito utilizado por seus membros.

Ainda, é preciso pensar a respeito do impacto que sua associação à Constantino causou a época de seu surgimento. Acreditamos que vincular este documento à uma figura de grande prestígio foi de extrema importância para que o texto circulasse no meio religioso com maior facilidade e, conseqüentemente, que fosse melhor aceito em seu meio de circulação. Como nos mostrou Foucault em *O que é um autor?* (1992) vincular a escrita de um texto à uma figura de renome é uma garantia de que este texto terá, em algum momento, lugar de destaque, podendo causar mais impacto ao meio em que é inserido do que se fosse associado à outro autor.

O surgimento deste falso documento proporcionou à Igreja de Roma a garantia de sua supremacia frente às demais Igrejas permitindo a sua expansão e a manutenção de seu poder em um período de ocorrência de diversas transformações. Apesar de falso, o documento nos permitiu a compreensão de diversos aspectos, como por exemplo, das disputas pelo poder existentes no século VIII. Ainda, o trabalho realizado por Lorenzo Valla deixou de ser somente um discurso construído a fim de questionar as ambições da Igreja. A forma com que Valla realizou seu trabalho contribuiu para a construção dos processos investigativos de fontes historiográficas, aliando diversas perspectivas (como por exemplo, as diferenças linguísticas e cronológicas encontradas no documento) para a obtenção de resultados que contribuíram significativamente no estudo das civilizações antigas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nossa pesquisa buscamos construir uma análise em torno das relações de poder que se inserem no contexto da falsa *Doação de Constantino*, pois apesar de ter sua falsidade comprovada, o documento foi utilizado por muito tempo para defender os interesses da Igreja Romana. Além disso, este falso Edito é fundamental para compreendermos como um documento, mesmo sendo falso, pode ter sua efetividade dentro de um determinado contexto, principalmente se tiver ligação com uma figura célebre, como neste caso, a ligação com o nome de Constantino, o Grande.

Como o documento tem seu surgimento dentro do meio religioso e teve seu uso ligado diretamente à busca de resoluções de problemas para a Igreja Romana do século VIII dentro do meio político, levantamos duas hipóteses durante o processo de pesquisa que visavam compreender essa complexa relação entre os poderes espiritual e temporal. A primeira hipótese é que, para a Igreja, tornou-se mais viável ligar o documento com a figura de Constantino devido ao fato de o imperador ter sido o responsável pela criação de uma série de medidas que favorecessem o cristianismo. Foi percebido no decorrer da pesquisa que a ligação criada entre o documento e seu suposto escritor, Constantino, conferiu-lhe um grau de importância que não seria possível de se atingir caso o documento tivesse sido ligado à outro governante. Portanto, acreditamos que esta hipótese se confirma, já que com esta ligação o documento conseguiu cumprir seu objetivo, sendo responsável por auxiliar na manutenção da supremacia da Igreja Romana durante seu período de circulação.

A segunda hipótese levantada é a de que a Igreja Romana buscava com o uso da falsa *Doação de Constantino* uma maior autonomia e um distanciamento de Bizâncio. A partir da análise do documento, foi possível perceber que são diversos os momentos há a menção de que a Igreja de Roma deveria ser a mais exaltada de todas e também deter supremacia frente às demais Igrejas do período. Ainda, o documento supostamente confere ao papa romano uma extensão de seus poderes, alegando também que a este indivíduo caberia o dever de administrar as demais Igrejas e, deveria deter poderes que fossem iguais ou até mesmo superiores aos do imperador. Deste modo, acreditamos que a segunda hipótese também se confirma pois ao conferir a supremacia da Igreja e do papa de Roma frente aos demais patriarcas, o documento possibilita uma maior autonomia à Igreja Romana frente ao Império Bizantino, garantindo assim, que seus objetivos fossem alcançados.

Além da análise documental, as bibliografias selecionadas também nos auxiliaram no entendimento das relações de poder entre Igreja e império, sobretudo no que se refere aos conceitos de *poder*, *política*, *verdade* e *falsidade*. A compreensão destas noções foi fundamental para desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso, principalmente por proporcionarem entendimento das relações existentes durante o século VIII, em especial no campo político. Partindo deste ponto, é possível concluir que o documento surgiu com um propósito, tendo como principal objetivo responder a problemas existentes no século VIII, sendo um grande aliado da Igreja de Roma no que se refere à defesa de seus interesses e ainda, garantindo a supremacia do papa romano frente aos demais patriarcas do império.

Por fim, acreditamos que o documento nos permitiu verificar a complexa relação entre os poderes espirituais e temporais, possibilitando também a percepção de como estas relações afetam as estruturas de poder. Acreditamos ainda que esta pesquisa nos abriu caminhos para reflexões e trabalhos futuros, que também nos auxiliarão na percepção destas relações.

6 FONTE

Medieval Sourcebook: The Donation of Constantine (c. 750-800). FORDHAM UNIVERSITY (c) Paul Halsall Jan 1996 [updated 11/23/96]. Disponível em <<http://legacy.fordham.edu/Halsall/source/donatconst.asp>> Acesso em Dezembro de 2016.

7 REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª Ed. 1992.

ANGOLD, Michael. **Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média.** Rio de Janeiro: Imago, 2002.

ARNALDI, Girolamo. Igreja e papado. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** Vol I. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2006. 2 vols. p. 567- 590.

BAUER, Carolina S.; NICOLAZZI, Fernando F. **O historiador e o falsário.** Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v32n60/1982-4343-vh-32-60-00807.pdf>>. Acesso em: 09/10/2017.

BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, Norberto. **1909- Dicionário de política.** Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et ai.; coord. Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª Ed., 1998.

BONINI, Roberto. Dominato. In: BOBBIO, Norberto. **1909- Dicionário de política.** Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et ai.; coord. Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª Ed., 1998. p. 380-381.

BOUREAU, Alain. Fé. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** Vol I. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2006. 2 vols. p. 411-422.

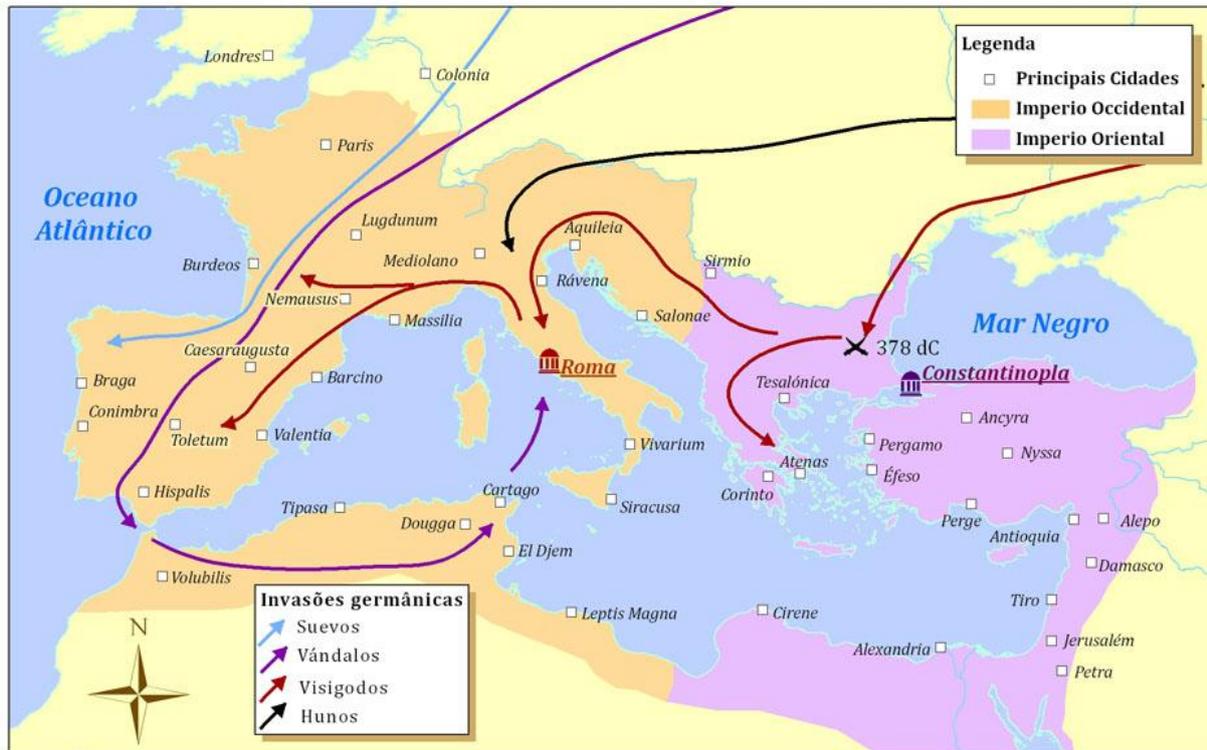
CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Vida de Constantino. Eusébio de Cesaréia. Martín Gurruchaga (introducción, traducción y notas). Madrid: Editorial Gredos S.A., 1994.

DOSSE, François. **A História.** Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 29ª reimpressão. 2011.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. Antonio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Portugal: Vega, 1992.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica e prova**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GEARY, Patrick. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. Tradução: Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005. (1ª edição: 2002).
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Tradução José Rivair de Macedo. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- Medieval sourcebook: Annals of Lorsch: the pope makes the Carolingians kings**. FORDHAM UNIVERSITY. Oliver J. Thatcher, Edgar Holmes McNeal, eds., A Source Book for Medieval History. New York: Scribners, 1905, p. 37-38. Disponível em: <<http://sourcebooks.fordham.edu/source/lorsch1.asp>> Acesso em dezembro de 2016.
- RUNCIMAN, Steven. **A teocracia bizantina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- SILVA, Marcelo Cândido da. **A realeza cristã na Alta Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V – VIII)**. São Paulo: Alameda, 2008.
- STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto. **1909- Dicionário de política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et ai.; coord. Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª Ed., 1998.
- VAUCHEZ, André. Milagre. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol II. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2006. 2 vols. p. 197-212.
- VITORINO, Mônica Valéria Costa. Lorenzo Valla (1407- 1457). In: PARADA, Maurício (org). **Os historiadores clássicos da história: de Heródoto a Humboldt**. Vários autores. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2012.

ANEXO A – AVANÇO DOS POVOS ALÉM-FRONTEIRA



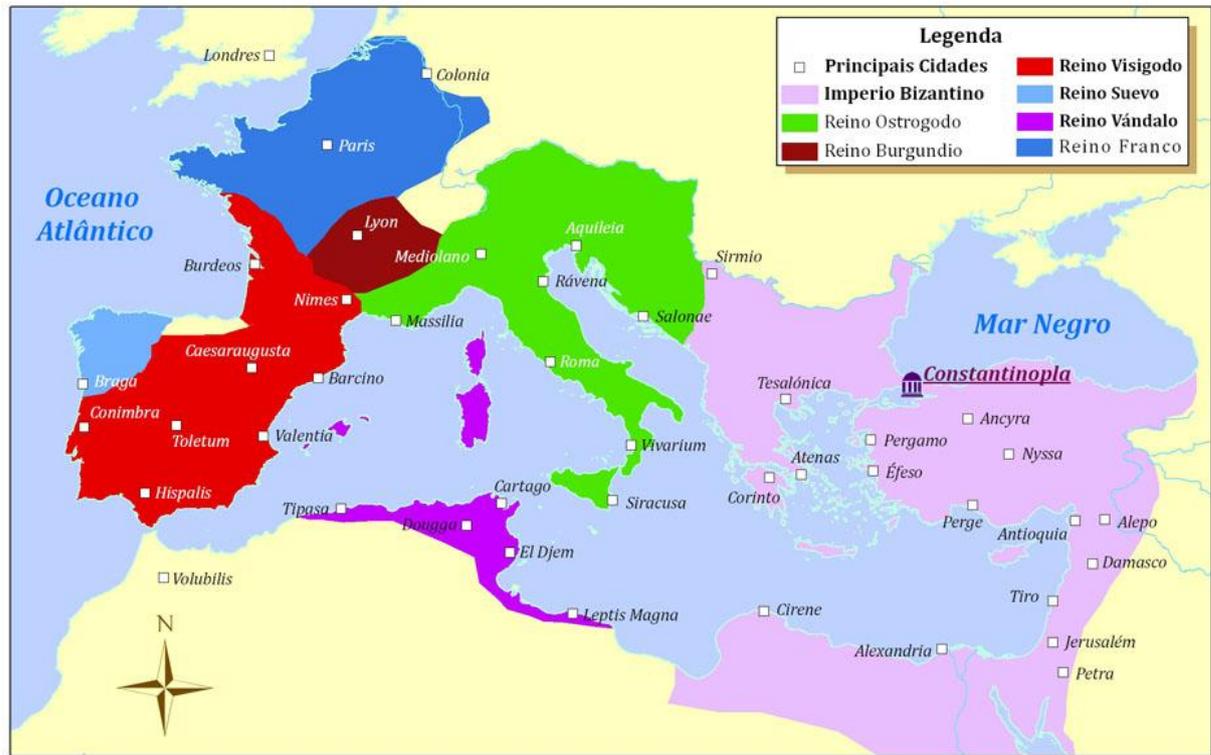
Fonte: <http://explorethemed.com/FallRomePt.asp?c=1>. Acesso em: 08/09/2017

ANEXO B – DIVISÃO DO IMPÉRIO ROMANO SÉCULO IV



Fonte: <http://explorethemed.com/FallRomePt.asp?c=1>. Acesso em: 08/09/2017

ANEXO C - REINOS GERMÂNICOS SÉCULO V



Fonte: <http://explorethemed.com/FallRomePt.asp?c=1>. Acesso em: 08/09/2017.

ANEXO D- VERSÃO INGLESA DO DOCUMENTO DOAÇÃO DE CONSTANTINO

Medieval Sourcebook: The Donation of Constantine (c.750-800)

This is perhaps the most famous forgery in history. For centuries, until Lorenzo Valla proved it was forgery during the Renaissance it provided the basis for papal territorial and jurisdictional claims in Italy. Probably at least a first draft of it was made shortly after the middle of the eighth century in order to assist Pope Stephen II in his negotiations with the Frankish Mayor of the Palace, Pepin the Short. The Pope crossed the Alps to anoint the latter as king in 754, thereby enabling, the Carolingian family, to which Pepin belonged, to supplant the old Merovingian royal line which had become decadent and powerless and to become in law as well as in fact rulers of the Franks. In return, Pepin seems to have promised to give to the Pope those lands in Italy which the Lombards had taken from Byzantium. The promise was fulfilled in 756. Constantine's alleged gift made it possible to interpret Pepin's grant not as a benefaction but as a restoration.

In the name of the holy and indivisible Trinity, the Father, namely, and the Son and the Holy Spirit. The emperor Caesar Flavius Constantine in Christ Jesus, the Lord I God our Saviour, one of that same holy Trinity,-faithful merciful, supreme, beneficent, Alamannic, Gothic, Sarmatic, Germanic, Britannic, Hunic, pious, fortunate, victor and triumpher, always august: to the most holy and blessed father of fathers Sylvester, bishop of the city of and to all his successors the pontiffs , who are about to sit upon Rome and pope, the chair of St. Peter until the end of time - also to all the most reverend and of God beloved catholic bishops, subjected by this our imperial decree throughout the whole world to this same holy, Roman church, who have been established now and in all previous times-grace, peace, charity, rejoicing, long-suffering, mercy, be with you all from God the Father almighty and from Jesus Christ his Son and from the Holy Ghost. Our most gracious serenity desires, in clear discourse, through the page of this our imperial decree, to bring to the knowledge of all the people in the whole world what things our Saviour and Redeemer the Lord Jesus Christ, the Son of the most High Father, has most wonderfully seen fit to bring about through his holy apostles Peter and Paul and by the intervention of our father Sylvester, the highest pontiff and the universal pope. First, indeed, putting forth, with the inmost confession of our heart, for the purpose of instructing the mind of all of you, our creed which we have learned from the aforesaid most blessed father and our confessor, Sylvester the universal pontiff; and then at length announcing the mercy of God which has been poured upon us.

For we wish you to know, as we have signified through our former imperial decree, that we have gone away, from the worship of idols, from mute and deaf images made by hand, from devilish contrivances and from all the pomps of Satan; and have arrived at the pure faith of the Christians, which is the true light and everlasting life. Believing, according to what he-that same one, our revered supreme father and teacher, the pontiff Sylvester - has taught us, in God the Father, the almighty maker of Heaven and earth, of all things visible and invisible; and in Jesus Christ, his only Son, our Lord God, through whom all things are created; and in the Holy Spirit, the Lord and vivifier of the whole creature. We confess these, the Father and the Son and the Holy Spirit, in such way that, in the perfect Trinity, there shall also be a fulness of divinity and a unity of power. The Father is God, the Son is God, and the Holy Spirit is God; and these three are one in Jesus Christ.

There are therefore three forms but one power. For God, wise in all previous time, gave forth from himself the word through which all future ages were to be born; and when, by that sole word of His wisdom, He formed the whole creation from nothing, He was with it, arranging all things in His mysterious secret place.

Therefore, the virtues of the Heavens and all the material part of the earth having been perfected, by the wise nod of His wisdom first creating man of the clay of the earth in His own image and likeness, He placed him in a paradise of delight. Him the ancient serpent and envious enemy, the devil, through the most bitter taste of the forbidden tree, made an exile from these joys; and, be being expelled, did not cease in many ways to cast his poisonous darts; in order that, turning the human race from the way of truth to the worship of idols, he might persuade it, namely to worship the creature and not the creator; so that, through them (the idols), he might cause those whom he might be able to entrap in his snares to be burned with him in eternal punishment. But our Lord, pitying His creature, sending ahead His holy prophets, announcing through them the light of the future life-the coming, that is, of His Son our Lord and Saviour Jesus Christ-sent that same only begotten Son and Word of wisdom: He descending from Heaven on account of our salvation, being born of the Holy Spirit and of the Virgin Mary,-the word was made flesh and dwelt among us. He did not cease to be what He had been, but began to be what He had not been, perfect God and perfect man: as God, performing miracles; as man, sustaining human sufferings. We so learned Him to be very man and very God by the preaching of our father Sylvester, the supreme pontiff, that we can in no wise doubt that He was very, God and very man. And, having chosen twelve apostles, He shone with miracles before them and an innumerable multitude of people. We confess that this same Lord Jesus Christ fulfilled the law and the prophets; that He suffered, was crucified,

on the third day arose from the dead according to the Scriptures; was received into Heaven, and sitteth on the right hand of the Father. Whence He shall come to judge the quick and the dead, whose kingdom shall have no end. For this is our orthodox creed, placed before us by our most blessed father Sylvester, the supreme pontiff. We exhort, therefore, all people, and all the different nations, to hold, cherish and preach this faith; and, in the name of the Holy Trinity, to obtain the grace of baptism; and, with devaout heart, to adore the Lord Jesus Christ our Saviour, who with the Father and the Holy Spirit, lives and reigns through infinite ages; whom Sylvester our father, the universal pontiff, preaches. For He himself, our Lord God, having pit on me a sinner, sent His holy apostles to visit us, and caused the light of his splendour to shine upon us. And do ye rejoice that I, having been withdrawn from the shadow, have come to the true light and to the knowledge of truth. For, at a time when a mighty and filthy leprosy had invaded all the flesh of my, body, and the care was administered of many physicians who came together, nor by that of any one of them did I achieve health: there came hither the priests of the Capitol, saving to me that a font should be made on the Capitol, and that I should fill this with the blood of innocent infants; and that, if I bathed in it while it was warm, I might be cleansed. And very many innocent infants having been brought together according to their words, when the sacrilegious priests of the pagans wished them to be slaughtered and the font to be filled with their blood: Our Serenity perceiving the tears of the mothers, I straightway abhorred the deed. And, pitying them, I ordered their own sons to be restored to them; and, giving them vehicles and gifts, sent them off rejoicing to their own. That day having passed therefore-the silence of night having come upon us-when the time of sleep had arrived, the apostles St. Peter and Paul appear, saying to me: "Since thou hast placed a term to thy vices, and hast abhorred the pouring forth of innocent blood, we are sent by, Christ the Lord our God, to give to thee a plan for recovering thy health. Hear, therefore, our warning, and do what we indicate to thee. Sylvester - the bishop of the city of Rome - on Mount Serapte, fleeing they persecutions, cherishes the darkness with his clergy in the caverns of the rocks. This one, when thou shalt have led him to thyself, will himself show thee a pool of piety; in which, when he shall have dipped thee for the third time, all that strength of the leprosy will desert thee. And, when this shall have been done, make this return to thy Saviour, that by thy order through the whole world the churches may be restored. Purify thyself, moreover, in this way, that, leaving all the superstition of idols, thou do adore and cherish the living and true God -- who is alone and true -- and that thou attain to the doing of His will.

Rising, therefore, from sleep, straightway I did according to that which I had been advised to do by, the holy apostles; and, having summoned that excellent and benignant father and our enlightener - Sylvester the universal pope-I told him all the words that had been taught me by the holy apostles; and asked him who where those gods Peter and Paul. But he said that they were not really called gods, but apostles of our Saviour the Lord God Jesus Christ. And again we began to ask that same most blessed pope whether he had some express image of those apostles; so that, from their likeness, we might learn that they were those whom revelation had shown to us. Then that same venerable father ordered the images of those same apostles to be shown by his deacon. And, when I had looked at them, and recognized, represented in those images, the countenances of those whom I had seen in my dream: with a great noise, before all my satraps*, I confessed that they were those whom I had seen in my dream.

[* there were no such Roman officials]

Hereupon that same most blessed Sylvester our father, bishop of the city of Rome, imposed upon us a time of penance-within our Lateran palace, in the chapel, in a hair garment,-so that I might obtain pardon from our Lord God Jesus Christ our Saviour by vigils, fasts, and tears and prayers, for all things that had been impiously done and unjustly ordered by me. Then through the imposition of the hands of the clergy, I came to the bishop himself; and there, renouncing the pomps of Satan and his works, and all idols made by hands, of my own will before all the people I confessed: that I believed in God the Father almighty, maker of Heaven and earth, and of all things visible and invisible; and in Jesus Christ, His only Son our Lord, who was born of the Holy Spirit and of the Virgin Mary. And, the font having been blessed, the wave of salvation purified me there with a triple immersion. For there I, being placed at the bottom of the font, saw with my own eyes a band from Heaven touching me; whence rising, clean, know that I was cleansed from all the squalor of leprosy. And, I being raised from the venerable font-putting on white raiment, be administered to me the sign of the seven-fold holy Spirit, the unction of the holy oil; and he traced the sign of the holy cross on my brow, saying: God seals thee with the seal of His faith in the name of the Father and the Son and the Holy Spirit, to signalize thy faith. All the clergy replied: "Amen." The bishop added, "peace be with thee."

And so, on the first day after receiving the mystery of the holy baptism, and after the cure of my body from the squalor of the leprosy, I recognized that there was no other God save the Father and the Son and the Holy Spirit; whom the most blessed Sylvester the pope doth preach; a trinity in one, a unity in three. For all the gods of the nations, whom I have

worshipped up to this time, are proved to be demons; works made by the hand of men; inasmuch as that same venerable father told to us most clearly how much power in Heaven and on earth He, our Saviour, conferred on his apostle St. Peter, when finding him faithful after questioning him He said: "Thou art Peter, and upon this rock (petrani) shall I build My Church, and the gates of hell shall not prevail against it." Give heed ye powerful, and incline the ear of .your hearts to that which the good Lord and Master added to His disciple, saying: and I will give thee the keys of the kingdom of Heaven; and whatever thou shalt bind on earth shall be bound also in Heaven, and whatever thou shalt loose on earth shall be loosed also in Heaven." This is very wonderful and glorious, to bind and loose on earth and to have it bound and loosed in Heaven.

And when, the blessed Sylvester preaching them, I perceived these things, and learned that by the kindness of St. Peter himself I had been entirely restored to health: I together with all our satraps and the whole senate and the nobles and all the Roman people, who are subject to the glory of our rule -considered it advisable that, as on earth he (Peter) is seen to have been constituted vicar of the Son of God, so the pontiffs, who are the representatives of that same chief of the apostles, should obtain from us and our empire the power of a supremacy greater than the earthly clemency of our imperial serenity is seen to have had conceded to it,- we choosing that same prince of the apostles, or his vicars, to be our constant intercessors with God. And, to the extent of our earthly imperial power, we decree that his holy Roman church shall be honoured with veneration; and that, more than our empire and earthly throne, the most sacred seat of St. Peter shall be gloriously exalted; we giving to it the imperial power, and dignity of glory, and vigour and honour.

And we ordain and decree that he shall have the supremacy as well over the four chief seats Antioch, Alexandria, Constantinople* and Jerusalem, as also over all the churches of God in the -whole world. And he who for the time being shall be pontiff of that holy Roman church shall be more exalted than, and chief over, all the priests of the whole world; and, according to his judgment, everything which is to be provided for the service of God or the stability of the faith of the Christians is to be administered. It is indeed just, that there the holy law should have the seat of its rule where the founder of holy laws, our Saviour, told St. Peter to take the chair of the apostleship; where also, sustaining the cross, he blissfully took the cup of death and appeared as imitator of his Lord and Master; and that there the people should bend their necks at the confession of Christ's name, where their teacher, St. Paul the apostle, extending his neck for Christ, was crowned with martyrdom. There, until the end, let them seek a teacher, where the holy body of the teacher lies; and there, prone and humiliated, let

them perform I the service of the heavenly king, God our Saviour Jesus Christ, where the proud were accustomed to serve under the rule of an earthly king.

[*at the time of the supposed date of the document, Constantinople had not been founded. Its position as "chief seat" was two centuries away.]

Meanwhile we wish all the people, of all the races and nations throughout the whole world, to know: that we have constructed within our Lateran palace, to the same Saviour our Lord God Jesus Christ, a church with a baptistry from the foundations. And know that we have carried on our own shoulders from its foundations, twelve baskets weighted with earth, according to the number of the holy apostles. Which holy church we command to be spoken of, cherished, venerated and preached of, as the head and summit of all the churches in the whole world-as we have commanded through our other imperial decrees. We have also constructed the churches of St. Peter and St. Paul, chiefs of the apostles, which we have enriched with gold and silver; where also, placing their most sacred bodies with great honour, we have constructed their caskets of electrum, against which no force of the elements prevails. And we have placed a cross of purest gold and precious gems on each of their caskets, and fastened them with golden keys. And on these churches for the endowing of divine services we have conferred estates, and have enriched them with different objects; and, through our sacred imperial decrees, we have granted them our gift of land in the East as well as in the West; and even on the northern and southern coast;-namely in Judea, Greece, Asia, Thrace, Africa and Italy and the various islands: under this condition indeed, that all shall be administered by the hand of our most blessed father the pontiff Sylvester and his successors.

For let all the people and the nations of the races in the whole world rejoice with us; we exhorting all of you to give unbounded thanks, together with us, to our Lord and Saviour Jesus Christ. For He is God in Heaven above and on earth below, who, visiting us through His holy apostles, made us worthy to receive the holy sacrament of baptism and health of body. In return for which, to those same holy apostles, my masters, St. Peter and St. Paul; and, through them, also to St. Sylvester, our father,-the chief pontiff and universal pope of the city of Rome,-and to all the pontiffs his successors, who until the end of the world shall be about to sit in the seat of St. Peter: we concede and, by this present, do confer, our imperial Lateran palace, which is preferred to, and ranks above, all the palaces in the whole world; then a diadem, that is, the crown of our head, and at the same time the tiara; and, also, the shoulder band,-that is, the collar that usually surrounds our imperial neck; and also the purple mantle, and crimson tunic, and all the imperial raiment; and the same rank as those presiding over the imperial cavalry;

conferring also the imperial sceptres, and, at the same time, the spears and standards; also the banners and different imperial ornaments, and all the advantage of our high imperial position, and the glory of our power.

And we decree, as to those most reverend men, the clergy who serve, in different orders, that same holy Roman church, that they shall have the same advantage, distinction, power and excellence by the glory of which our most illustrious senate is adorned; that is, that they shall be made patricians and consuls,-we commanding that they shall also be decorated with the other imperial dignities. And even as the imperial soldiery, so, we decree, shall the clergy of the holy Roman church be adorned. And I even as the imperial power is adorned by different offices-by the distinction, that is, of chamberlains, and door keepers, and all the guards,-so we wish the holy Roman church to be adorned. And, in order that the pontifical glory may shine forth more fully, we decree this also: that the clergy of this same holy Roman church may use saddle cloths of linen of the whitest colour; namely that their horses may be adorned and so be ridden, and that, as our senate uses shoes with goats' hair, so they may be distinguished by gleaming linen; in order that, as the celestial beings, so the terrestrial may be adorned to the glory of God. Above all things, moreover, we give permission to that same most holy one our father Sylvester, bishop of the city of Rome and pope, and to all the most blessed pontiffs who shall come after him and succeed him in all future times-for the honour and glory of Jesus Christ our Lord,-to receive into that great Catholic and apostolic church of God, even into the number of the monastic clergy, any one from our senate, who, in free choice, of his own accord, may wish to become- a cleric; no one at all presuming thereby to act in a haughty manner.

We also decreed this, that this same venerable one our father Sylvester, the supreme pontiff, and all the pontiffs his successors, might use and bear upon their heads-to the Praise of God and for the honour of St. Peter-the diadem; that is, the crown which we have granted him from our own head, of purest gold and precious gems. But he, the most holy pope, did not at all allow that crown of gold to be used over the clerical crown which he wears to the glory of St. Peter; but we placed upon his most holy head, with our own hands, a tiara of gleaming splendour representing the glorious resurrection of our Lord. And, holding the bridle of his horse, out of reverence for St. Peter we performed for him the duty of groom; decreeing that all the pontiffs his successors, and they alone, may use that tiara in processions.

In imitation of our own power, in order that for that cause the supreme pontificate may not deteriorate, but may rather be adorned with power and glory even more than is the dignity of an earthly rule: behold we-giving over to the oft-mentioned most blessed pontiff, our father

Sylvester the universal pope, as well our palace, as has been said, as also the city of Rome and all the provinces, districts and cities of Italy or of the western regions; and relinquishing them, by our inviolable gift, to the power and sway of himself or the pontiffs his successors-do decree, by this our godlike charter and imperial constitution, that it shall be (so) arranged; and do concede that they (the palaces, provinces etc.) shall lawfully remain with the holy Roman church.

Wherefore we have perceived it to be fitting that our empire and the power of our kingdom should be transferred and changed to the regions of the East; and that, in the province of Byzantium, in a most fitting place, a city should be built in our name; and that our empire should there be established. For, where the supremacy of priests and the head of the Christian religion has been established by a heavenly ruler, it is not just that there an earthly ruler should have jurisdiction.

We decree, moreover, that all these things which, through this our imperial charter and through other godlike commands, we have established and confirmed, shall remain uninjured and unshaken until the end of the world. Wherefore, before the living God, who commanded us to reign, and in the face of his terrible judgment, we conjure, through this our imperial decree, all the emperors our successors, and all our nobles, the satraps also and the most glorious senate, and all the people in the world now and in all times previously subject to our rule: that no one of them, in any way allow himself to oppose or disregard, or in any way seize, these things which, by our imperial sanction, have been conceded to the holy Roman church and to all its pontiffs. If anyone, moreover,-which we do not believe - prove a scorner or despiser in this matter, he shall be subject and bound over to eternal damnation; and shall feel that the holy chiefs of the apostles of God, Peter and Paul, will be opposed to him in the present and in the future life. And, being burned in the nethermost hell, he shall perish with the devil and all the impious.

The page, moreover, of this our imperial decree, we, confirming it with our own hands, did place above the venerable body of St. Peter chief of the apostles; and there, promising to that same apostle of God that we would preserve inviolably all its provisions, and would leave in our commands to all the emperors our successors to preserve them, we did hand it over, to be enduringly and happily possessed, to our most blessed father Sylvester the supreme pontiff and universal pope, and, through him, to all the pontiffs his successors -God our Lord and our Saviour Jesus Christ consenting.

And the imperial subscription: May the Divinity preserve you for many years, oh most holy and blessed fathers.

Given at Rome on the third day before the Kalends of April, our master the august Flavius Constantine, for the fourth time, and Galligano, most illustrious men, being consuls. (From Zeumer's edition, published in Berlin in 1888, v. Brunner-Zeumer: "Die Constantinische Schenkungsurkunde") translated in Ernest F. Henderson, *Select Historical Documents of the Middle Ages*, (London: George Bell, 1910), pp. 319-329

This text is part of the Internet Medieval Source Book. The Sourcebook is a collection of public domain and copy-permitted texts related to medieval and Byzantine history.

Unless otherwise indicated the specific electronic form of the document is copyright. Permission is granted for electronic copying, distribution in print form for educational purposes and personal use. If you do reduplicate the document, indicate the source. No permission is granted for commercial use.

(c)Paul Halsall Jan 1996 [updated 11/23/96]